



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Domingues, Petrônio José

Os Pérolas Negras: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932

Afro-Ásia, núm. 30, 2003, pp. 199-245

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**OS “PÉROLAS NEGRAS”:
A PARTICIPAÇÃO DO NEGRO NA REVOLUÇÃO
CONSTITUCIONALISTA DE 1932***

Petrônio José Domingues **

Uma ciência histórica que não serve à história do
povo de que trata está negando-se a si mesma.
Trata-se de uma presunção cientificista e não de
uma ciência histórica verdadeira.¹

Os patriotas pretos estão se arregimentando - Já seguiram vários batalhões - O entusiasmo na Chácara Carvalho - Exercícios dia e noite - As mulheres de cor dedicam-se à grande causa. Também os negros de todos os Estados, que vivem em São Paulo, quando o clarim vibrou chamando para a defesa da causa sagrada os brasileiros dignos, formaram logo na linha de frente das tropas constitucionalistas. A epopéia gloriosa de Henrique Dias vai ser revivida na luta contra a ditadura. Patriotas, fortes e confiantes na grandeza do ideal por que se batem São Paulo e Mato Grosso, os negros, sob a direção do Dr. Joaquim Guaraná Sant'Anna, tenente Arlindo, do Corpo de Bombeiro, tenente Ivo e outros, uniram-se, formando batalhões que, adestrados no manejo das armas e na disciplina vão levar, nas trincheiras extremas, desprendidos e leais, a sua bravura, conscientes de que se batem pela grandeza do Brasil que seus irmãos de raça, Rebouças, Patrocínio, Gama e outros muitos tanto dignificaram. Os nossos irmãos de cor, cujos ancestrais ajudaram a formar este Brasil grandioso, entrelaçando os pavilhões auri-verde e Paulista, garbosos, ao som dos hinos e marchas militares, seguem cheios de fé, ao nosso lado, ao lado de todos os brasileiros que levantaram

* Agradeço a leitura e os comentários de Marcos Cesaretti, a revisão do professor João Carlos Catellan e as sugestões do(a) parecerista *ad hoc* da *Afro-Ásia*.

**Doutorando do Programa de História Social/USP, Professor de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Coordenador Executivo do Núcleo de Consciência Negra na USP.

¹ Abdias do Nascimento, *Quilombismo*, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 261.

alto a bandeira do ideal da constitucionalização, para a cruzada cívica, sagrada, da união de todos os Estados sob o lábaro sacrossanto da pátria estremecida.²

O artigo acima, intitulado “Os homens de cor e a causa sagrada do Brasil”, foi escrito no jornal da grande imprensa, *A Gazeta*, quatorze dias após o início daquele que é considerado o maior conflito armado já realizado em solo *brasilis*: a Revolução Constitucionalista de 1932. Para enfrentar o governo provisório de Getúlio Vargas por quase três meses, o estado de São Paulo organizou o exército constitucionalista. Os negros participaram ativamente desta mobilização, fundando inclusive batalhões específicos batizados de “Legião Negra”. Os legionários eram conhecidos no imaginário popular como *Pérolas Negras*. Escrito por algum repórter que não se identifica, o artigo ressalta a mística de coragem, garra e heroísmo que marcaria a trajetória do negro no Brasil na luta contra a opressão. Segundo essa mística, a “epopéia gloriosa de Henrique Dias” (líder negro que se aliou aos brancos com a “missão” de expulsar o invasor holandês do nordeste brasileiro, em meados do século XVII) seria “revivida na luta contra a ditadura” de Getúlio Vargas, presidente do país na época. Os negros seriam, antes de mais nada, defensores da liberdade e da nacionalidade; por isso, sua participação nas forças constitucionalistas simbolizaria a continuidade do exemplo de “seus irmãos de raça” abolicionistas, André Rebouças, José do Patrocínio e Luís Gama”, ícones da “grandeza” do país. Nesse artigo, o jornalista ainda notifica o leitor sobre a plena participação das “patriotas” mulheres negras no movimento.

Este artigo tem a pretensão de, por um lado, resgatar a participação de milhares de negros e negras na Revolução Constitucionalista de 32 e, por outro, escrever pioneiramente a história da Legião Negra, a partir de fontes documentais que evidenciem sua origem, lideranças, estrutura organizacional, dinâmica de funcionamento, métodos de arregimentação, desempenho no *front* de batalha, episódios marcantes e papel da mulher negra, dentre outras questões. Pretende-se demonstrar que, a despeito de sua não-desprezível participação, o negro permanece “esquecido” pela memória oficial da Revolução Constitucionalista.

² *A Gazeta*. São Paulo, 23.07.1932, p. 3. Em todas as citações de documentos, foi mantido o português da época.

Contexto da Revolução Constitucionalista de 32

O golpe de estado de 3 de Outubro de 1930 – celebrado na história oficial como “Revolução de 30” – decretou o fim da “República Velha” e alçou Getúlio Vargas (um gaúcho de família de latifundiários) ao poder no Brasil. A antiga oligarquia foi, em tese, alijada do comando da nação. Para realizar essa empreitada, o movimento golpista contou com o apoio do setor considerado mais progressista da elite paulista, aglutinado no Partido Democrático, fundado em 1926. Chegando ao poder, Getúlio Vargas suspendeu direitos constitucionais, cassou adversários políticos e impôs uma série de medidas centralizadoras; em suma, implantou uma espécie de regime ditatorial, tendo como principal base social de sustentação o movimento *tenentista*. No plano do discurso, seu governo anunciou o combate sem tréguas às oligarquias regionais.

O novo governo, entretanto, contrariou as pretensões de seus aliados paulistas e nomeou João Alberto, um tenente nordestino, como interventor daquele estado. As elites dirigentes de São Paulo ficaram descontentes com tais medidas e passaram a defender, incisivamente, a descentralização do poder e a imediata constitucionalização do país, de acordo com os princípios da democracia liberal. Nesse ínterim, o interventor João Alberto não resistiu às pressões políticas, demitindo-se em junho de 1931. A elite paulista contando cada vez mais com o apoio das classes médias urbanas, ainda conseguiu reunir forças para derrubar mais três interventores do estado, indicados pelo governo central.

Com o tempo, a luta a favor da redemocratização do país e da maior autonomia dos estados da federação sensibilizou diversas forças sociais e políticas, permitindo a aliança de antigos rivais no estado: o Partido Republicano Paulista (PRP), ligado à oligarquia, e o Partido Democrático (PD), vinculado à emergente burguesia industrial. Esta aliança resultou na formação da Frente Única Paulista, em fevereiro de 1932. O eixo da campanha oposicionista, nesse instante, era a defesa de um interventor civil e paulista.

O clima era de instabilidade política e crise institucional. Cedendo parcialmente às pressões de São Paulo, o governo provisório de Getúlio Vargas, em março de 1932, promulgou o código eleitoral, instituiu uma

comissão para elaborar o anteprojeto da constituição e marcou eleições para o ano seguinte. O novo código eleitoral trouxe algumas inovações importantes. Estabeleceu que o voto seria secreto e obrigatório. Pela primeira vez, reconhecia-se o direito das mulheres ao voto. Ainda em março de 1932, Vargas fez mais uma tentativa de pacificar São Paulo e nomeou um interventor civil e paulista, Pedro de Toledo. A notícia foi recebida sem entusiasmo. No movimento oposicionista, ninguém mais confiava no compromisso de Getúlio com a reconstrução da democracia e a constitucionalização do país.

A esta altura dos acontecimentos, diversos grupos já conspiravam em São Paulo pela derrubada do governo. Não havia mais interesse da elite política paulista em negociar. Como escreve Capelato, “a idéia de radicalização do processo já ganhara corpo. Ignorando, e até mesmo procurando ocultar as últimas medidas de Getúlio, deu-se continuação ao movimento pró-constitucionalização, e em nada se alterou a disposição de chegar à luta armada”.³ Um episódio dramático exaltou os ânimos. Na tentativa de empastelamento de um jornal *tenentista* - que apoiava o governo -, quatro rapazes (Miragaia, Marcondes, Dráusio e Camargo) foram mortos a tiros disparados da sede do jornal. Formou-se assim o batalhão de voluntários batizado de MMDC e o conflito foi precipitado.

Ironicamente, os tenentes, Getúlio Vargas e a Revolução de 1930, como salienta Bezerra,

havia sido saudados, em São Paulo, com regozijo e como remédios salutares contra os desmandos políticos e econômicos da burguesia cafeeira paulista. Apenas um ano foi necessário para que os mecanismos ideológicos acionados mudassem as posições; aquelas pessoas que eram inimigas dos ‘políticos carcomidos’ da República Velha (depostos na Revolução de 30) estão acorrendo aos comícios convocados conjuntamente por estes políticos e tomam parte em um movimento armado arquitetado com o auxílio deles. E, o que é mais importante, conseguem convencer ‘os paulistas’ de que estão ‘participando ativamente’ dos destinos da nação.⁴

³ Maria Helena Capelato, *O movimento de 1932: a causa paulista*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 18.

⁴ Holien Gonçalves Bezerra, *O Jogo do Poder. Revolução Paulista de 32*, São Paulo, Ed. Moderna, 1988, p. 68.

No sábado, dia 9 de julho de 1932, deflagrou-se em São Paulo uma guerra contra o governo central. O esperado apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais não se efetivou. De Mato Grosso, chegaram apenas algumas centenas de soldados, tendo à frente o General Bertoldo Klinger, que assumiu o comando das operações militares do exército constitucionalista. A correlação de forças militares era extremamente desfavorável para São Paulo. Na realidade, este estado ficou praticamente isolado, contando apenas com a Força Pública e uma imensa mobilização popular para enfrentar as forças federais. De toda sorte, a luta pela constitucionalização do país, pela efetiva autonomia diante do regime federativo, e a própria mística de superioridade de São Paulo frente aos demais estados contagiaram a população “bandeirante”, unindo diversos setores sociais e grupos étnicos.

O mito da constituinte foi central no discurso da elite paulista. Por essa abordagem, a Constituição viria “salvar” os paulistas (e brasileiros) de todos os problemas. Para justificar a guerra, foi desenvolvida uma campanha ideológica no sentido de convencer a todos de que não se estava lutando contra o resto do Brasil, mas sim, pelo bem da nação. São Paulo estaria encampando uma luta sangrenta para redimir o Brasil. É necessário reiterar que essa atitude refletia o sentimento de superioridade do estado de São Paulo, locomotiva que estaria arrastando os “vagões vazios” dos demais estados da federação.

O etnocentrismo da historiografia

A historiografia do Brasil é marcada por diversas lacunas e injustiças. Uma destas lacunas é a ausência da população negra e afro-descendente de alguns episódios que compõem a seletiva memória nacional. A história oficial omite a participação dos negros no conflito armado conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. Sejam os livros dos ex-combatentes ou memorialistas, sejam as pesquisas dos historiadores, ninguém ainda descreveu em profundidade qual foi o papel dos negros, em geral, e da Legião Negra, em particular, na defesa dos ideais de democratização do país. Ainda não se confirmou a previsão feita pelo jornal *A Gazeta*, ao escrever em 1932, que “a Legião Negra terá,

indiscutivelmente, o seu nome gravado com letras de ouro na história da epopéia piratiningana”.⁵ Um dos autores a fazer esta denúncia é Jeziel de Paula, que em seu livro *1932: Imagens construindo a História*, é contundente ao assinalar: “Provavelmente um dos mais desconhecidos, silenciados e menos estudados aspectos da guerra civil de 1932 seja a grande mobilização e intensa participação da comunidade negra de São Paulo”.⁶

Será que este “silêncio” é obra do acaso? Suspeita-se que não. Afinal, já foram escritas mais de 250 obras sobre esse movimento. Pela contagem de Bezerra, em 1932, foram publicadas 46 obras; em 1933, 63 obras; em 1934, 21 obras; em 1935, 10 obras; em 1936, 5 obras.⁷ Esse “silêncio” (e porque não dizer exclusão) sobre alguns personagens ou segmentos raciais na história é fruto do etnocentrismo reinante na produção acadêmica. Em certa medida, o negro ainda é considerado um ser “invisível”, sem experiências e vivências socioculturais específicas, muitas vezes desprovido de importância na construção do cenário histórico nacional.

Essa invisibilidade atinge respeitadas pesquisas historiográficas sobre o assunto. Apenas quatro exemplos são ilustrativos. O primeiro é um trabalho intitulado *1932: A Guerra Paulista*, de Hélio Silva. Neste livro não se encontra uma única menção à participação do negro na cruzada constitucionalista do povo paulista.⁸ O segundo é uma pesquisa de doutorado denominada “Artimanhas da Dominação. São Paulo - 1932”, de Holien Gonçalves Bezerra, que destina seis linhas para discorrer sobre a Legião Negra.⁹ O terceiro é a obra *A Guerra Civil Brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932*, onde o brasilianista Stanley E. Hilton restringe a meio parágrafo de cinco linhas a descrição da referida Legião.¹⁰ O último caso é emblemático. No livro *A Revolução de 32*, Hernâni Donato dedica àquela organização apenas um relato: “A Legião Negra formou companhia de infantes, grupos de motoris-

⁵ *A Gazeta*, São Paulo, 17.08.1932, p. 3.

⁶ Jeziel De Paula, *1932: imagens construindo a história*, Campinas/Piracicaba, Editora da Unicamp/Editora da Unimep, 1998, p. 164.

⁷ Bezerra, *O Jogo do Poder*, p. 66.

⁸ Hélio Silva, *1932: A Guerra Paulista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

⁹ Holien Gonçalves Bezerra, “Artimanhas da Dominação: São Paulo – 1932” (Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1981).

¹⁰ Stanley E. Hilton, *A Guerra Civil Brasileira: História da Revolução Constitucionalista de 1932*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 105.

tas, manejou uma bateria de bombardas, deu a uma das suas companhias de infantes o nome André Vidal de Negreiros”.¹¹

No quadro dos ex-combatentes ou memorialistas, esse fenômeno é análogo. Eis aqui um exemplo: o livro *Verdades da Revolução Paulista*, do capitão Gastão Goulart, publicado provavelmente em 1933. A Legião Negra merece menção superficial em três trechos da obra e não é objeto de uma reconstrução histórica.¹² Lendo *Verdades da Revolução Paulista*, não se desconfia que seu autor foi o comandante da Legião Negra e a acompanhou em toda sua jornada de formação, atuação e dissolução após o conflito. A preocupação de Gastão Goulart é sobretudo enaltecer o heroísmo dos legítimos paulistas, os filhos dos bandeirantes, e não identificar a presença do negro em prol da causa constitucionalista. Esta ocultação da participação do negro no movimento armado deve estar ligada ao fato de Goulart demonstrar simpatia pelas teorias do racismo científico da época, que em síntese, defendiam a inferioridade biológica do negro.¹³ No livro, ele faz uma série de alusões elogiosas aos conceitos divulgados por Gustave Le Bon, um dos principais teóricos do racismo científico na Europa do final do século XIX e início do século XX.¹⁴

Jeziel de Paula é o primeiro pesquisador a fazer um esboço da história da Legião Negra. Não obstante, como é comum nos bosquejos, a investigação centrada nesse agrupamento é módica, se resumido a sete páginas. Ele emprega como recurso metodológico a iconografia e tem o mérito de demonstrar – através de uma das imagens – como a Legião Negra preservava alguns traços culturais de matriz africana: na hora do rancho em sua sede, na Chácara do Carvalho, os soldados que serviam a comida utilizavam “vestimentas tipicamente banto, boné e túnica”.¹⁵ Este artigo se insere no quadro mais geral de desvelamento de parte não contada da história da Revolução Constitucionalista de 1932: a participação organizada dos negros e negras.

¹¹ Hernâni Donato, *A Revolução de 32*, São Paulo, Círculo do Livro, 1982, p. 126.

¹² Gastão Goulart, *Verdades da Revolução Constitucionalista*, São Paulo, S.N., 1933, p. 218, 223, 231.

¹³ Ibid, p.198, 244.

¹⁴ Lilia Moritz Schwarz, *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ De Paula, *1932: imagens construindo a história*, p. 165.

A tradição de luta anti-racista do negro paulista e a formação da Legião Negra

Desde o fim da escravidão, havia uma tradição da população negra de se aglutinar e lutar por seus direitos civis através de grêmios e associações recreativas em São Paulo. Por isso, no início da década de 1930 o negro paulista já possuía uma certa organização coletiva. Neste período, a entidade que mais adquiriu proeminência no cenário do movimento negro foi a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931. A FNB tinha como objetivo central promover a “elevação moral, intelectual e profissional; assistência, proteção e defesa social, jurídica e econômica da Gente Negra”. No seu auge, esta organização chegou a reunir cerca de 30 mil filiados, nas estimativas de seus dirigentes, com delegações em diversas cidades do país.¹⁶

Quando explodiu o movimento constitucionalista, o interventor de São Paulo, Pedro de Toledo, que aderiu ao movimento, marcou uma reunião com a Frente Negra Brasileira (FNB). Na ocasião, seus emissários propuseram que essa entidade aderisse à causa constitucionalista. A FNB resolveu manter uma posição de neutralidade no movimento. Pelo discurso de seus dirigentes, ainda persistia no movimento negro o trauma da Guerra do Paraguai, quando os “patrícios” lutaram com “sangue, suor e lágrima” na linha de frente das batalhas, porém foram discriminados no exército brasileiro e não tiveram os mesmos direitos dos combatentes brancos. Eles alegavam também que os negros estavam divididos na guerra, pois participavam de ambos os exércitos, assim, seria inconcebível formar um batalhão só de negros com a missão de matar seus patrícios do outro lado da trincheira.¹⁷ Entretanto, a causa determinante para a postura de isenção da Frente Negra do conflito armado era a forte simpatia que os dirigentes alimentavam pelo governo de Getúlio Vargas, sendo assim contrários à sua deposição. Em nota pública, essa organização declarava:

¹⁶ Regina Pahim Pinto. “O movimento negro em São Paulo: luta e identidade” (Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1993), p. 91.

¹⁷ Entrevista de Francisco Lucrécio a Regina Pahim Pinto, 23.05.1989, p. 30.

A Frente Negra Brasileira, União Político-Social da Raça, com a finalidade dupla de lutar pela grandeza da Pátria unida e de trabalhar, sem esmorecimento, pelo alevantamento moral e intelectual do negro no Brasil, pela primeira vez, depois do movimento armado, que se acha de pé e em cuja vanguarda se encontra o grande Estado de São Paulo, [...] declara que todos os Frentenegrinos, residentes nesta Capital, no Interior do Estado; já foram cientificados de que a sua liberdade de pensar e agir não está, absolutamente, sujeita a quaisquer imposições da Frente Negra Brasileira, neste momento, mesmo porque não tem ela a mínima ligação com este ou aquele partido político, seja de civis ou militares, estando, porém, sempre solidária com as grandes causas, que venham ao encontro das aspirações nacionais.¹⁸

É necessário ressaltar que a Frente Negra Brasileira, oficialmente, não tomou posição no movimento, recusando-se a organizar batalhões específicos de negros, mas liberou seus afiliados para agir conforme suas próprias consciências. Durante a guerra, a organização praticamente ficou inativa e suspendeu temporariamente as atividades regulares.

Com o início da guerra, estruturou-se em São Paulo o exército constitucionalista composto por unidades do exército brasileiro sediadas no estado, da Força Pública e de batalhões de voluntários civis. Jamais houve uma convocação obrigatória de reservistas. Muitos dos batalhões eram criados por categorias específicas como universitários, comerciários, operários, esportistas, ferroviários, professores e funcionários públicos. Surgiu até mesmo um batalhão de inspiração religiosa, o arquidiocesano, organizado pelos irmãos Maristas. Alguns deles tinham como marca distintiva o recorte étnico ou nacional, como o de italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, alemães, ingleses e índios guaranis. Estes últimos foram empregados nas tarefas auxiliares.

A população negra também criou, na quinta-feira, dia 14 de julho – cinco dias após o início da guerra –, um batalhão específico batizado de “Legião Negra de São Paulo”. Este agrupamento foi uma dissidência

¹⁸ “A Frente Negra e sua atuação no atual movimento”, *A Gazeta*. São Paulo, 16.07.1932, p. 3 (2ª edição).

da Frente Negra Brasileira.¹⁹ Guaraná Santana era o chefe civil e o capitão da Força Pública; Gastão Goulart, o chefe militar. Os dois eram auxiliados pelo tenente Arlindo Ribeiro, também da Força Pública, e por Vicente Ferreira, uma das maiores lideranças do movimento negro na época. O tenente Cunha Glória era o secretário.²⁰ A sede era na Chácara do Carvalho, antiga residência da família Prado, onde funcionava o Quartel General da Segunda Região Militar. A Legião era formada por três batalhões de infantaria e chegou a possuir um efetivo de aproximadamente 2 mil combatentes que cerraram fileiras no exército constitucionalista.²¹

Os valores raciais da elite paulista

Na campanha ideológica da guerra os constitucionalistas invocaram a tradição do “povo paulista”. Esse foi um momento de consolidação do mito do bandeirante, figura transformada em símbolo de heroísmo e vigor da “raça paulista”. No largo do São Francisco – centro da capital paulista –, o alto-falante gritava: “São Paulo de Borba Gato, São Paulo de Anhanguera”. Montaram-se, orgulhosamente, batalhões de voluntários designados de Fernão Dias, Borba Gato e Raposo Tavares. O legado de glória dos bandeirantes, sustenta Capelato, deixava de ser uma exclusividade das famílias tradicionais (os “paulistas de 400 anos”, descendentes de Fernão Dias) para se tornar uma virtude de todo o povo paulista: “Bandeirante passou a ser todo paulista que se dispusesse a partir para a luta”, inclusive o negro, “ironicamente”.²² Segundo Capelato, a pretensa passividade do negro foi, no contexto da guerra, valorizada e

¹⁹ “Começa hoje o alistamento da Frente Negra Brasileira. Em vista de grande número de pedidos de incorporação às tropas combatentes de seus membros mais prestigiosos, os chefes militares do movimento constitucionalista expediram as necessárias ordens para que hoje começasse o alistamento, sob a chefia do capitão Gastão Goulart. Esse distinto oficial tem encontrado entre os homens de cor de São Paulo o maior entusiasmo. Prevê-se, pois, que o batalhão por eles constituídos seja um dos de maior eficiência no combate às forças do ditador”, *Folha da Noite*, São Paulo, 14.07.1932, p. 3. Esta matéria, denominada “Batalhão da Frente Negra”, comete o equívoco de noticiar o alistamento da Frente Negra Brasileira, pois, como foi assinalado, esta entidade manteve-se isenta do movimento. O jornal, na verdade, fazia referência ao início do recrutamento na Legião Negra, uma cisão da Frente Negra Brasileira.

²⁰ *Folha da Noite*, São Paulo, 05.08.1932, p. 1 (1ª edição).

²¹ “3º Batalhão da Legião Negra”, *Folha da Noite*, São Paulo, 30.07.1932, p. 4 (2ª edição).

²² Capelato, *O movimento de 1932*, p. 40.

redefinida como um aspecto positivo de resistência. Nesse momento, os negros também teriam passado a simbolizar o vigor da raça. Esqueciam-se, provisoriamente, as doutrinas científicas que classificavam os negros como seres inferiores. Incorporados à sociedade, eles constituiriam parte integrante da “raça privilegiada dos paulistas”.²³ O discurso proferido pelo jornal *Folha da Noite* talvez endossasse a visão da autora:

A ‘Legião Negra’ está dando um exemplo comovente ao Estado de São Paulo. Ao primeiro apelo dos seus dirigentes, todos correram para defender a terra bem amada, a terra do trabalho, a terra que não escolhe a ninguém para abrir os seus braços de concórdia brasileira e universal.

A SOCIEDADE BANDEIRANTE, [...] DEVE GUARDAR ETERNAMENTE NO CORAÇÃO A LEMBRANÇA DA RAÇA NEGRA. Conversamos com o Dr. J. Guaraná de Sant’Anna, que nos disse o seguinte: - ‘Os descendentes da raça negra do Brasil aqui estão para tudo que seja luta e sacrifício. Estamos vivendo a ora mais expressiva da nossa pátria, que com o nosso sangue a temos redimido de todas as opressões [...]. Somos neste instante um dos maiores soldados desta cruzada. Venceremos’.²⁴

Mas será que a elite branca paulista teria “esquecido” de fato, pelo menos temporariamente, seu preconceito racial? Algumas evidências mostram que não. Até dezembro de 1932, o negro fora impedido de ingressar na Guarda Civil de São Paulo. Tal impedimento só foi superado após forte pressão da Frente Negra Brasileira em audiência com o presidente Getúlio Vargas. Nessa mesma linha de argumentação, pode-se incluir o revelador depoimento de José Correia Leite. Segundo ele, que também era um dos principais dirigentes do movimento negro na época, uma carta secreta de Pedro de Toledo – escrita antes de tornar-se governador – aconselhava aos comandantes militares que evitassem alistar negros e mendigos.²⁵ Não foram obtidas outras fontes que confirmassem essa denúncia, mas ela, em si, já é uma sinalização do grau

²³ Ibid, p. 30.

²⁴ *Folha da Noite*, São Paulo, 20.07.1932, p. 2.

²⁵ José Correia Leite & Renato Jardim Moreira, *Movimentos sociais no meio negro*, mimeo., s.d., p.16.

de racismo que predominava na elite política de São Paulo mesmo durante a revolução constitucionalista. É questionável, assim, que esse momento propiciou a absorção do negro na identidade paulista.

Almeida vai mais longe ao postular que, mesmo durante a guerra, o negro ficou simbolicamente “de fora da constituição da raça paulista”.²⁶ Na perspectiva da elite “bandeirante”, segundo a autora, os negros que se alistaram no exército constitucionalista não eram autênticos paulistas, mas homens negros em auxílio à causa paulista. Quem teria sistematizado teoricamente essa explicação foi o “aristocrata” Alfredo Ellis Júnior na sua obra *Primeiros Troncos Paulistas*, de 1936. Segundo esse intelectual (e ex-combatente), o negro estava fadado à extinção no planalto paulista no período do pós-Abolição devido a sua incapacidade de adaptação genética. A população paulista tendia a branquear-se rapidamente. Esse processo seria acelerado pela entrada em massa de imigrantes brancos europeus. Nessa obra, ele ainda “comprovaria” a ausência do negro tanto na constituição étnica, quanto no desenvolvimento socioeconômico de São Paulo. O discurso da elite, assim, era que a população negra não teria contribuído para a formação da “nação paulista”. Ela julgava que o papel desse segmento populacional “na memória e na história da guerra constitucionalista não é o de quem luta por uma causa que é sua, mas por uma causa que é dos paulistas”.²⁷

Os nomes dos batalhões e comandantes negros

As cinco principais frentes de combate da guerra foram a frente leste, na divisa com o Rio de Janeiro; a frente norte, na divisa com Minas Gerais; a frente sul, na divisa com o Paraná; a frente oeste, na divisa com Mato Grosso e a frente litorânea. A Legião Negra – denominada às vezes de Henrique Dias – atuou, mormente na Frente Norte e na Frente Sul (ou do Paraná). Ela era composta por batalhões (tendo como uma das principais o Marçílio Franco, que também incidiu militarmente

²⁶ Ivete Batista da Silva Almeida, “O olhar de quem faz: o paulistanismo sob a ótica do operariado paulista durante a revolução constitucionalista de 1932” (Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1999), p.100.

²⁷ Ibid, p. 104.

no setor Norte e Sul) e algumas tropas menores. A imprensa trazia informações quanto à estrutura organizacional, nome dos comandantes e destino dessas tropas. Na devassa realizada em alguns jornais de grande circulação na época, foi possível selecionar a seguinte amostra:

Partiu ontem para a frente de batalha, com o seu efetivo completo, sob o comando do tenente Pedro Leite Mendes, a 3ª Companhia do “Batalhão Conselheiro Rebouças”, pertencente a Legião Negra.²⁸

O Grupo de Bombardas Pesadas da Legião Negra que já tem duas seções constituídas, sob o comando dos tenentes Joaquim Rudge e Anacleto Bernardo, antes de seguir para o ‘front’, exercitar-se-á no quartel de Quitaúna, para onde partiu.²⁹

A Legião Negra forma os seus batalhões”. Um deles, o ‘Henrique Dias’, está pronto para partir.³⁰

Hoje partirá a 2ª Companhia do “Batalhão Vidal de Negreiros”, comandada pelo capitão Januário dos Santos.³¹

Ontem, à noite, seguiu para o “front” mais uma companhia do 2º Batalhão “Felipe Camarão”, da Legião Negra.³²

Os nomes das tropas normalmente eram dados como homenagem a alguma figura lendária da luta em prol do povo negro, exceto o batalhão Felipe Camarão, nome de um dos líderes do movimento de libertação do Brasil do domínio holandês no período colonial, um índio que provavelmente simbolizava a perfeita integração racial do país. Da mesma maneira, pode-se definir o gesto de atribuir às tropas nomes de lideranças negras do passado como meio de afirmação pública de uma memória coletiva e identidade racial específica, que não podiam ser forjadas nas outras tropas do exército constitucionalista, majoritariamente branco.

Dentre as lideranças militares negras, mais alguns nomes precisavam sair do anonimato: “Comanda o 1º Pelotão o tenente Silva Bar-

²⁸ “Legião Negra”, *Jornal das Trincheiras. Órgão da Revolução Constitucionalista*, São Paulo, 15.09.1932, p. 1.

²⁹ “Entrega da bandeira ao grupo de bombardas da Legião Negra”, *A Gazeta*, São Paulo, 17.08.1932, p.3.

³⁰ *Folha da Noite*, São Paulo, 20.07.1932, p. 2.

³¹ *Folha da Noite*, São Paulo, 05.08.1932, p. 1 (1ª edição).

³² “Embarcou ontem um batalhão da Legião Negra de São Paulo”, *Folha da Noite*, São Paulo, 10.08.1932, p. 3.

ros”.³³ O tenente Henrique destacou-se pela bravura com que comandou uma das tropas da Legião Negra na frente norte, em Vila Queimada.³⁴ “O tenente Newton Ribeiro de Catta Preta, eficazmente coadjuvado pelos tenentes Alexandre Seabra de Mello e Mário Leão, [...] lutam com desassombro nas diversas frentes de combate”.³⁵ Contudo, o comandante negro que adquiriu mais notoriedade foi o tenente Arlindo: “uma das vítimas do governo que São Paulo gloriosamente sacudiu, é o ídolo dos negros. Militar disciplinado e disciplinador, impõe-se aos seus comandados”.³⁶

Métodos de propaganda e arregimentação dos negros

A propaganda ocupava papel de destaque no convencimento da opinião pública dos ideais constitucionalistas. Todos os meios de comunicação foram colocados a serviço da sensibilização do “povo paulista” para a causa da “liberdade”. Através de manifestos, panfletos, comícios, rádios e jornais, eram emitidas mensagens que impulsionavam a *todos*, brancos e negros, a pegarem em armas na defesa de São Paulo e do Brasil. Pululavam cartazes pela cidade fazendo convocações do tipo: “Eles estão a sua espera para completar o batalhão. Aliste-se”; “Paulistas: às armas!”; “Você tem um dever a cumprir. Consulte a sua consciência”. Um cartaz do MMDC difundia um dos bordões do movimento: “Sustente o fogo que a vitória é nossa!”. Os três principais instrumentos de propaganda utilizados na guerra paulista foram os jornais, o rádio e os oradores.

Os jornais desenvolveram a campanha mais enfática no sentido de forjar argumentos que levassem o leitor, tanto a apoiar politicamente o movimento, quanto a aderir voluntariamente à ação bélica. Eles sempre se apresentavam como porta-vozes da vontade popular. No transcorrer da guerra, os jornais paulistas procuraram manter elevado o moral dos soldados, falseando dados e informações a favor do exército constitucionalista. O episódio quiçá mais prosaico foi o que aconteceu no início de agosto de 1932. Os jornais noticiaram, em tom de alarde, que

³³ *Folha da Noite*, São Paulo, 30.07.1932, p. 1 (1ª edição).

³⁴ Goulart, *Verdades da Revolução Constitucionalista*, p. 230.

³⁵ *Folha da Noite*, São Paulo, 28.08.1932, p. 2 (1ª edição).

³⁶ *A Gazeta*, São Paulo, 23.07.1932, p. 3.

a ação dos constitucionalistas na frente Sul foi fulminante, divulgando “um número de baixas no exército getulista maior do que o número total de soldados que viriam a morrer até o final da guerra”.³⁷ Contudo, não se pode superestimar o papel da imprensa escrita junto à opinião pública. Em função do elevado grau de analfabetismo de que padecia o povo paulista, principalmente no meio negro, sua penetração era limitada.

O rádio foi o meio de comunicação mais eficiente na agitação em favor da causa constitucionalista. Produto do avanço tecnológico, ele foi utilizado pela primeira vez no Brasil como veículo de propaganda política. Exercia verdadeiro magnetismo sobre as camadas populares, pelo fascínio da novidade e pela rapidez com que se transmitiam as notícias, as informações e os inflamados discursos. A Legião Negra chegou a utilizar os microfones de certas emissoras para convocar os “homens de cor” paulistas e brasileiros residentes em São Paulo. O rádio, igualmente, era o mantenedor do entusiasmo das tropas, assim como representava a voz coletiva do paulista em geral e do negro em particular. Pelas ondas do rádio, divulgavam-se notícias do movimento, veiculavam-se proclamações sensacionalistas, hinos e contos literários que impulsionavam a campanha ideológica pelo recrutamento de voluntários constitucionalistas. A Cadeia de Emissoras Paulistas (Record, Educadora e Cruzeiro) cotidianamente noticiava as pretensas vitórias do movimento e realizava efusivas homenagens, como as realizadas a favor da Legião Negra:

A Rádio Cruzeiro do Sul irradiou um interessante programa em homenagem aos destemidos soldados da Legião Negra. A Legião Negra de São Paulo continua mandando novos contingentes dos valorosos soldados de cor. Assim, embarcaram ontem para a frente Sul uma companhia de guerra, a 1^a do 3^o Batalhão “Conselheiro Rebouças” e a 2^a Bateria de Morteiros do Grupo “Victorino Carmillo”.³⁸

As emissoras de rádio também funcionaram como posto de arrecadação de doações. A rede *Record*, por exemplo, arrecadou incontáveis

³⁷ Almeida, *O olhar de quem faz*, p.119.

³⁸ *Jornal das Trincheiras. Órgão da Revolução Constitucionalista*, São Paulo, 04.09.1932, p. 4.

peças de roupa e agasalho, enviando aproximadamente 15 milhões de cigarros para os combatentes. Por último, é importante ressaltar a atuação dos oradores na estratégia publicitária de mobilização popular. Nos comícios eles contagiavam as “massas”, sempre na perspectiva de cooptá-las para o movimento. Ibrahim Nobre se projetou como “o tribuno popular da Revolução”.³⁹ No meio negro, Vicente Ferreira se destacou como principal liderança:

Vicente Ferreira em nossa Redação

Esteve em nossa redação, o professor Vicente Ferreira, que veio se despedir da “Folha da Noite”, pois faz parte de uma caravana cívica organizada pela Legião Negra, que deverá seguir para o interior do Estado, a fim de fazer a arregimentação de homens para servir à causa constitucionalista.

[...] O nosso informante tem tomado parte em vários comícios cívicos, tendo orado em vários deles organizados na Praça do Patriarca, na Praça Antônio Prado e na Penha.⁴⁰

Vicente Ferreira era uma pessoa carismática que possuía uma retórica fabulosa. Nos seus discursos, apregoava que a participação dos negros no exército constitucionalista fazia parte de seu projeto de emancipação e de construção de uma pátria livre de todas as formas de opressão. Quando os negros se reuniam, escutavam-no atentamente. No próprio ato público muitos se dispunham a segui-lo para os campos de batalha. Vicente Ferreira acompanhava-os até o local de alistamento, depois ao de embarque e então continuava sua campanha de arregimentação de voluntários no meio negro. Ele foi eficaz em matéria de agitação e propaganda. Além de atuar nos comícios e nos atos públicos na capital, saía em caravana pelo interior do estado difundindo os ideais de “liberdade” do movimento.

Mas não eram apenas os ideais de liberdade que moviam os negros a se alistarem em algum batalhão de voluntários. Muitos se alistaram porque simplesmente viviam em condições degradantes. No transcurso da guerra, o jornal *Correio de São Paulo* publicou um artigo que desnuda essa situação:

³⁹ Capelato, *O movimento de 1932*, p. 38.

⁴⁰ *Folha da Noite*, São Paulo, 13.08.1932, p. 4 (1ª edição).

Os negros são, em geral, gente pobre, que vivem a margem das riquezas e dos confortos da civilização. Para eles na sua humildade anônima, pouco se lhes devia dar que tivéssemos uma Constituição ou sofressemos uma ditadura. Em qualquer caso, eles labutam da mesma maneira pela vida, nos seus casebres, sem outras perspectivas além das que se reservam ao nosso proletariado urbano e rural.⁴¹

Assim, não podemos inferir que a guerra paulista, no meio negro, tinha apenas um sentido ideológico. Nesta época, o desemprego assolava milhares de lares e famílias. O problema era muito grave. Na avaliação de Florentino Carvalho, o desemprego constituía a segunda principal causa de adesão do operariado à revolução.⁴² Para essas pessoas, o alistamento representou um meio objetivo de sustentação material. Solucionar esse problema, como assevera Almeida, “pelo menos de maneira imediata e paliativa”, dava a muitos desempregados “o direito a uma série de benesses vindas das frentes assistenciais”.⁴³ Essa situação era mais imperativa para uma gama da população negra que encontrava na remuneração oriunda da guerra sua única fonte de renda e, não raro, de sobrevivência da família. Pelas estimativas de Florestan Fernandes, três quintos da população negra da capital paulistana das primeiras décadas do pós-Abolição vivia em estado de penúria, “promiscuidade e desamparo social”.⁴⁴ O alistamento garantia pelo menos uma cesta básica, assistência médica e odontológica e um salário para o soldado e sua família. As condições de escassez, da mesma maneira, reinavam num amplo setor dos batalhões de voluntários. Por isso, um dos mais devastadores e aparentemente mais generalizados efeitos da guer-

⁴¹ Este artigo foi publicado em *Progresso*, jornal da comunidade negra, sob o título “O passo agigantado de São Paulo e a valiosa cooperação dos negros”, em julho de 1932, p. 1. Este jornal, aliás, indicou o apoio de um setor do movimento negro à guerra paulista.

⁴² Florentino Carvalho, *A guerra civil de 1932 em São Paulo; solução imediata dos grandes problemas sociais*, São Paulo, Ariel, 1932. Segundo Florentino Carvalho, a primeira motivação que levava ao alistamento - quase que compulsório - do operariado ao exército constitucionalista era o medo de perder o emprego. Se o trabalhador fosse liberado pelo empregador e não se alistasse, passava a ser mal visto e corria o risco de perder o emprego.

⁴³ Almeida, *O olhar de quem faz*, p.119.

⁴⁴ Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo, Ática, 1978, 3ª edição, p. 147.

ra sobre “as populações civis nas zonas de batalha era o triste fenômeno do saque”.⁴⁵ Evidentemente, os saques não eram realizados apenas por soldados negros, porém objetivamente, as condições de vida desse segmento da população eram calamitosas.

O treinamento e o caminho do *front* da Legião Negra

Os batalhões de voluntários civis que se apresentavam recebiam um treinamento inicial, armamento, equipamento (roupa e munição, por exemplo) e as bandeiras do Brasil e de São Paulo. Após uma cerimônia pública de juramento eles eram enviados para o campo de guerra. Os soldados da Legião Negra se diferenciavam dos demais constitucionalistas pelo uso de um chapéu de abas largas como uniforme.⁴⁶ A maioria dos voluntários nunca havia manejado um fuzil na vida. O treinamento militar que realizavam era precário. Com duração de dois ou três dias, o treinamento consistia de instruções básicas de armamento, tiro, ataque e defesa, geralmente ministrado por algum militar graduado (cabo ou sargento) da Força Pública. O jornal *A Gazeta* noticiou o clima que imperava na Legião Negra nessa fase de preparação prévia:

Ontem visitamos o quartel general da Legião Negra, na Chácara Carvalho. Impressionou-nos a harmonia, disciplina, alegria, reitantes entre as centenas de homens de cor que ali aprendiam a marchar, a manejar os fuzis, atentos à lição que lhes ministravam os instrutores. Na melhor ordem no canto da rua Vitorino Carmilo, à paisana, aprendiam os métodos de defesa nas trincheiras, simulavam combates à arma branca, avançadas de rastros 220 homens. A voz de comando entusiasmava-os. Parecia até que já se julgavam nas linhas de fogo, tal o entusiasmo com que se arrojavam no combate simulado.⁴⁷

Em alguns casos extremos, o aprendizado militar acontecia empiricamente na linha de fogo, quando a tropa entrava em ação. É importante frisar que os soldados negros, geralmente, contavam com o

⁴⁵ Hilton, *A Guerra Civil Brasileira*, p. 152.

⁴⁶ De Paula, *1932: imagens construindo a história*, p. 166.

⁴⁷ *A Gazeta*, São Paulo, 23.07.1932, p. 3.

veemente apoio da família. Esta os acompanhava no momento da despedida para a guerra. Primeiro, acontecia o desfile apoteótico pelas ruas da cidade; em seguida, os soldados embarcavam na estação da rede ferroviária, onde mais uma vez eram saudados fervorosamente por alguns familiares, namoradas, parentes e amigos. O jornal *Folha da Noite* era um dos órgãos da imprensa que divulgava a saída das tropas da Legião Negra em direção às áreas da contenda:

Desfilou ontem, à noite, pela cidade, a 1ª Bateria do 1º Grupo de Bombardas “Victorino Carmillo”, da Legião Negra de São Paulo, que despertou o mais vivo entusiasmo por parte da população, sendo os bravos soldados muito aplaudidos e cobertos de flores, principalmente na rua 15 de novembro, onde inúmeras senhoras e senhoritas aguardavam a passagem da tropa.⁴⁸

O periódico *A Gazeta* também registrou um desses momentos de euforia no meio negro paulista:

Ontem, as últimas horas do dia, deixou o seu acantonamento da Chácara Carvalho mais um batalhão. Alguns milhares de pessoas, entre palmas e vivas saudaram os negros que marcharam para a frente, cheios de entusiasmo. À frente deles, em passo militar, conscientes da grandeza da sua missão, seguiam as enfermeiras. Assim tem sido em cada batalhão dos negros. Eles seguem e com eles as mulheres enfermeiras.⁴⁹

Através dessa reportagem, nos certificamos de que as mulheres negras não foram apenas bibelôs dos homens negros. Pelo contrário, elas aderiram dinamicamente às forças auxiliares de praticamente todos os batalhões da Legião Negra, algo que não aconteceu na mesma proporção nos batalhões dos homens “brancos”.

As cidades do interior por onde passavam os batalhões constitucionistas promoviam recepções acaloradas, em que mulheres, jovens e crianças acolhiam os voluntários fardados como verdadeiros heróis. Algumas fontes sinalizam que o mesmo não ocorria com a Legião Ne-

⁴⁸ “1ª Bateria do 1º Grupo de Bombardas ‘Victorino Carmillo’”, *Folha da Noite*, São Paulo, 28.08.1932, p. 2 (1ª edição).

⁴⁹ *A Gazeta*, São Paulo, 23.07.1932, p. 3.

gra. As pessoas do interior estranhavam a existência de batalhões formados apenas por negros, por isso a recepção era mais tímida.

Quando os soldados da Legião Negra (os Pérolas Negras) chegavam no *front*, os familiares logo manifestavam solidariedade. Era comum o envio de cartas para matar a saudade, oferecer apoio moral e incentivá-los a continuar reunindo forças em defesa da causa constitucionalista. O Pérola Negra era motivo de muito orgulho para sua família, parentes e todos de seu ciclo de amizade.

A religiosidade e a visibilidade da Legião Negra

Nas primeiras décadas do século XX, a religiosidade era componente indissociável da vida cotidiana da maioria das pessoas de um modo geral e dos negros em particular. Por isso, era impensável a realização de qualquer ato popular importante sem a anuência e participação, principalmente, da Igreja católica.⁵⁰ O clero apoiou a “guerra santa de São Paulo”. O arcebispo metropolitano, por exemplo, assinou manifestos de apoio à luta armada. Na Legião Negra, a tradição religiosa do catolicismo popular foi mantida. Periodicamente, realizavam-se missas em sua sede a fim de abençoar a preparação militar e assegurar o sucesso dos soldados negros na guerra. Essas cerimônias religiosas – celebradas a céu aberto – eram muito concorridas pelos soldados e suas famílias.

Realiza-se amanhã, às 9 horas, no acantonamento da Legião Negra, na Chácara do Carvalho, uma missa campal por intenção dos soldados ali aquartelados, devendo celebrá-la o reverendo padre Dr. Paulo de Tharso Campos, vigário de Santa Cecília. Por nosso intermédio, as famílias dos soldados são convidadas a assistir a essa cerimônia.⁵¹

Mantendo a tradição ancestral, os Pérolas Negras prezavam os valores místicos. Eles acreditavam que pedindo a ajuda celestial seria

⁵⁰ De Paula, 1932: *imagens construindo a história*, p. 161.

⁵¹ “Missa campal no acantonamento da Legião Negra”, *A Gazeta*, São Paulo, 23.08.1932, p. 3; “Missa na Chácara do Carvalho em prol dos voluntários participantes da Legião Negra”, *Folha da Noite*, São Paulo, 02.08.1932, p. 1 e 03.08.1932, p. 3; *Folha da Noite*, São Paulo, 07.09.1932, p. 3 (2ª edição).

possível tanto adquirir proteção espiritual quanto influenciar positivamente o resultado da guerra. Em várias ocasiões, a benção de algum sacerdote foi requisitada no momento de embarque da tropa.

Dentre os grupos étnicos específicos de São Paulo, a Legião Negra foi uma das organizações que mereceu o destaque na grande imprensa. Após as primeiras semanas do movimento, os Pérolas Negras passaram a ter visibilidade pública. Quase todos os dias, alguns jornais noticiavam as últimas novidades da sua sede, na Chácara do Carvalho, um antigo casarão situado na Barra Funda, bairro da região central de São Paulo. Em agosto, os jornais anunciavam a criação da “Banda de Música da Legião Negra”, composta de 36 “homens de cor”, vestindo “azul de artilheiro”.⁵² “Sob a competente direção do Maestro tenente Veríssimo Glória, iniciaram-se ontem os preparativos e ensaios da banda de música da Legião Negra, sendo executados belos números de escolhido repertório. Todos os homens de cor, com conhecimento de arte musical e que queiram participar dessa organização, poderão se apresentar à Secretaria da Legião Negra, à Chácara do Carvalho, sita à alameda Eduardo Prado, 69”.⁵³ Além dos órgãos da imprensa, essa organização também adquiriu o respeito das mais altas autoridades públicas do estado de São Paulo. No curso da guerra, o jornal *A Gazeta* alardeou a visita do governador à sede:

O Dr. Pedro de Toledo, governador do Estado, visitou, ontem, às 16 horas, o contingente ‘Conselheiro Rebouças’, da Legião Negra, acantonado na Chácara do Carvalho. Recebido pela oficialidade e demais pessoas que ali se achavam, o chefe de Estado, após os cumprimentos, percorreu todas as dependências do quartel da valorosa organização negra. Na saída, foi o Sr. Pedro de Toledo saudado, em palavras vibrantes, pelo tenente Guaraná de Sant’Anna. O governador do Estado respondeu agradecendo, e salientando o papel da raça negra no movimento que empolga todos os patriotas brasileiros.⁵⁴

⁵² *Folha da Noite*. São Paulo, 28.08.1932, p. 2 (1ª edição).

⁵³ “Legião Negra”, *A Gazeta*, São Paulo, 19.08.1932, p. 3.

⁵⁴ “O Dr. Pedro de Toledo visitou o Batalhão ‘Conselheiro Rebouças’, da Legião Negra”, *A Gazeta*, São Paulo, 14.08.1932, p. 2.

No discurso de visita à sede da Legião Negra, o governador Pedro de Toledo declarou sua satisfação com o surpreendente ativismo dessa Legião, fazendo questão de enfatizar o quanto a “raça negra” incorporou o espírito patriótico de amor à liberdade, sentimento que teria impulsionado o movimento constitucionalista. Implicitamente, ele sentenciava que as relações entre negros e brancos em São Paulo seriam desprovidas de contradições e pautadas pelo clima de integração racial. Em realidade, a elite política paulista ficou atônita com o denodo com que a população negra encampou o movimento constitucionalista. Ela talvez acreditasse que a população negra devia assumir apenas o papel de coadjuvante no exército constitucionalista, precisando atuar sob a tutela dos brancos: os presumíveis autênticos paulistas.

O voluntário menor e os esportistas negros

Em todo o estado de São Paulo formaram-se os “batalhões infantis”. As escolas incentivaram, sobretudo nas comemorações do 7 de setembro de 1932, seus alunos a promoverem desfiles uniformizados de soldados, enfermeiros e aviadores. Nos bairros populares, igualmente, organizaram-se esses batalhões em miniatura. Uma de suas características, como escreve De Paula, era o caráter patriótico.⁵⁵ Ao lado da bandeira paulista, as crianças e os adolescentes (de 13 a 15 anos) normalmente conduziam a bandeira do Brasil e proferiam palavras de ordem que enalteciam a nação.

No meio juvenil negro a situação não foi diferente. Muitos adolescentes e jovens tentaram se alistar na Legião Negra. Como ainda não haviam alcançado a maioridade exigida, eles omitiam a idade e algumas vezes adulteravam os documentos pessoais. A imprensa dava destaque especial a esses casos:

São diários os alistamentos de novos voluntários [...]. Meninos de 15 anos fogem das casas de seus pais, para se apresentarem à Legião pedindo para seguir para os campos de batalha. Isso tem determinado um grande trabalho daquela organização no senti-

⁵⁵ De Paula, 1932: *imagens construindo a história*, p. 139.

do de saber se de fato os pais desses menores dão consentimento para que os jovens soldados realizem seu desejo de lutar pelo ideal dos brasileiros sinceros. Vimos ali menores dessa ordem de quarentena, com suas situações a resolver, pois o comandante Goulart não permite que eles sigam para a frente sem que preencham a condição imposta pelas últimas recomendações do comando geral constitucionalista.⁵⁶

Diversos atletas profissionais se alistaram como voluntários. O número deles era tão expressivo que se organizaram em unidade autônoma, o “Batalhão Esportivo”. Esses atletas eram, em sua maioria, futebolistas. No início da década de 1930 o futebol já era um dos esportes mais populares em São Paulo. Diariamente, os clubes de futebol eram objeto de manchetes dos periódicos. Com o irromper da Revolução Constitucionalista, o campeonato paulista foi suspenso, justamente no final de semana de realização do principal clássico do estado, o confronto entre o Palestra Itália e o Corinthians. Os times despertavam fortes emoções nos torcedores. Os jogadores mais conhecidos eram cultuados pela torcida e pelos amantes do esporte, dentre eles sobressaía o maior craque do Palestra Itália e da seleção brasileira da época, Arthur Friedenreich, um mulato que encantava as multidões. Sua participação na guerra foi acompanhada pelos principais jornais:

O Capitão Pedro Luz enviou ao Departamento Esportivo o seguinte despacho telegráfico: De Mogi-Mirim - Tenho satisfação comunicar-vos que foi promovido a segundo tenente o sargento Arthur Friedenreich, pela sua ação brilhante nos últimos combates de Eleuterio, onde com muita dificuldade pode distinguir-se entre os seus companheiros do 1º Batalhão Esportivo, pois todos se batem como verdadeiros guerreiros.⁵⁷

Os clubes de futebol se envolveram afirmativamente no esforço de guerra, liberando seus atletas para lutar em defesa da causa paulista. A adesão de Arthur Friedenreich ao movimento constitucionalista foi comemorada pela elite paulista. Seu gesto serviu como incentivo para

⁵⁶ *Folha da Noite*, São Paulo, 13.09.1932, p. 3 (2ª edição).

⁵⁷ “Friedenreich promovido por atos de bravura!”, *A Gazeta*, São Paulo, 13.08.1932, p. 1.

que outros atletas seguissem o mesmo exemplo. Na primeira página, a reportagem acima noticiava o fabuloso desempenho de Friedenreich nos combates de trincheira e sua promoção ao oficialato. Com efeito, muitos esportistas negros, provavelmente por questão de identidade, preferiram aderir ao recrutamento do batalhão específico de seu grupo étnico, a Legião Negra: “Os esportistas de cor, residentes no bairro do Jardim América, já se alistaram na Legião Negra”.⁵⁸

A participação das mulheres negras

As mulheres de São Paulo são apontadas como uma das principais revelações na mobilização que envolveu o esforço de guerra. O discurso dominante da elite era de enaltecimento das virtudes cívicas das mulheres de São Paulo, comparando-as com as “esposas dos bandeirantes que instigavam seus maridos à conquista, recusando-se a recebê-los, se derrotados”.⁵⁹ Contudo, não foram apenas as mulheres brancas, esposas autênticas dos antigos “bandeirantes”, que deram um exemplo de civismo em prol da causa paulista:

As mulheres de cor dão um belo exemplo de civismo e patriotismo. Lá estão elas, formando os batalhões de enfermeiras. Seguem para frente e animam, com o seu exemplo os valentes homens da sua raça. Sem vaidades, naturalmente, com dedicação, cumprem, heroínas devotadas à grande causa, o sagrado dever que é defender São Paulo e o Brasil das garras da ditadura nefasta, que o aniquilava.⁶⁰

O envolvimento das mulheres no conflito foi intenso e, em alguns casos, decisivo para o avanço ou recuo das tropas constitucionistas, ou seja, sua participação não aconteceu apenas na retaguarda, mas também nos postos avançados. Os memorialistas e a produção historiográfica, entretanto, apenas enfatizam – em regra – a participação das “damas” da alta sociedade e das mulheres das classes médias, que eram invariavelmente brancas. A pesquisa de Almeida foge desse diapasão, fazem-

⁵⁸ “Mobilização Esportiva”, *A Gazeta*, São Paulo, 25.07.1932, p. 4.

⁵⁹ Bezerra, *Artimanhas da Dominação*, p. 35.

⁶⁰ *A Gazeta*, São Paulo, 23.07.1932, p. 3.

do alusão à participação de Maria Soldado, “moça que não se contentou em auxiliar a batalha à distância, indo para o *front* e lá combatendo até a morte”.⁶¹ Mas o que a historiadora não revela é que Maria Soldado era uma mulher negra.

Tem-se o propósito de subverter essa representação da história, demonstrando que não havia apenas mulheres brancas de famílias tradicionais (“quatrocentonas”) ou de imigrantes envolvidas com o movimento; existiam da mesma maneira negras que tiveram uma participação ativa no evento. Não é apagando, mas dando luz às diferenças, seja de classe, de gênero ou de raça, que se avançará na apreensão do conhecimento histórico. Daí a necessidade de se apontar a origem racial das personagens negras. No Brasil, a ausência do quesito cor é interpretada como sinônimo de brancura.⁶²

Estima-se que mais de 50 mil mulheres inscreveram-se como voluntárias para o trabalho de apoio logístico de retaguarda como propagandistas, cozinheiras, coletoras de doativos, costureiras ou enfermeiras. Elas criaram a “Casa do Soldado” e a “Casa da Formiga”, postos de assistência social voltados para atender o soldado constitucionalista e seus filhos, respectivamente. Instaladas na capital e em várias cidades do interior, cada “Casa do Soldado” colocava a disposição dos combatentes em trânsito, em licença, em convalescença ou desmobilizados, comida, roupas e atendimento médico. No primeiro mês de guerra a “Casa do Soldado” já havia atendido aproximadamente 60 mil combatentes.

As moças solteiras e viúvas, incluindo as negras, recebiam cursos intensivos introdutórios de enfermagem. Depois de aprendidas as noções básicas da atividade, elas se dirigiam para os hospitais de sangue e postos de emergência nas frentes de batalha. Foram criadas linhas de produção industrial exclusivamente femininas para confecção de material bélico leve, como embalagem de munição e acabamento de capacetes.⁶³ Na Legião Negra, muitas mulheres se apresentaram espontaneamente para realizar os serviços inerentes às forças auxiliares de retaguarda:

⁶¹ Almeida, *O olhar de quem faz*, p. 155.

⁶² Maria Aparecida Silva Bento & Iray Carone, *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 2002.

⁶³ De Paula, *1932: imagens construindo a história*, p. 153.

Em grupos, distintos, as mulheres de cor, na 'Chácara Carvalho' estão trabalhando ao lado dos seus esposos, filhos e irmãos, atendendo, no que lhes compete, para que nada lhes falte. Aqui um grupo deixava a cozinha carregando os caldeirões cheios de munição de boca. Iam até os pontos sombreados pelas árvores e ali os soldados cobravam o 'pagamento'. Num canto da chácara, em mesas alinhadas, outras mulheres descascavam batatas, cortavam a carne e o charque. Mais adiante, mocinhas escolhiam o arroz e o feijão, todas cantando alegremente canções interessantes. De quando em quando um sargento aparecia, verificando si tudo estava em ordem porque entre eles, tanto ou mais do que nos outros acantonamentos, a disciplina é rigorosa.⁶⁴

Porém, o engajamento das negras de São Paulo na guerra civil não se restringia a essas tarefas. A solidariedade ativa da mulher negra na Revolução de 32 chegou a romper as barreiras de gênero da época. Muitas dessas mulheres acompanharam seus maridos.⁶⁵ Em pelo menos cinco casos, detecta-se a presença de negras como soldados. Segundo De Paula, havia quatro mulheres negras entre os soldados das duas companhias de fuzileiros da Legião Negra que integravam o destacamento formado para guarnecer a Estrada de Capão Bonito-Buri, na frente Sul.⁶⁶ Todavia, o episódio mais sensacional envolveu a participação da já mencionada Maria "Soldado" – uma mulher negra cujo comportamento vanguardista esteve muito além de seu tempo. Devido à importância para os *anais* da história feminista, resolveu-se transcrever na íntegra uma reportagem que foi publicada no jornal *A Gazeta*:

Uma mulher de cor, alistada na 'Legião Negra', vencendo toda a sorte de obstáculos e as durezas de uma viagem acidentada, uniu-se aos seus irmãos negros em pleno entrincheiramento na frente do Sul, descrevendo a página mais profundamente comovedora, mais profundamente cheia de civismo, mais profundamente brasileira, da campanha constitucionalista, ao desafiar a morte nos combates encarniçados e mortíferos para o inimigo. Maria da "Legião Negra"!

⁶⁴ *A Gazeta*, São Paulo, 23.07.1932, p. 3.

⁶⁵ Leite & Moreira, *Movimentos sociais no meio negro*, p. 16.

⁶⁶ De Paula, 1932: *imagens construindo a história*, p. 155.

Mulher abnegada e nobre da sua raça!
 Ferida no campo da luta a 17 do mês passado, na frente de São
 José do Guapiara, tonou à cruenta missão em 28 do mesmo mês.
 Maria da “Legião Negra”!
 Heroína de uma raça forte, boa e consciente!
 Maria da “Legião Negra!”
 Vendo-vos, sob o trovejar da artilharia, por entre as chuvas das
 balas inimigas, de rastro, coleante pelos abrigos do campo de
 batalha, prover de alimentos os guerreiros da vossa raça, sinto
 palpitar no vosso peito amigo o mesmo coração repleto de cari-
 nho da Mãe Preta que nos embalou quando criancinhas, cantan-
 do as cantigas de amor cívico e de brasilidade.
 Maria da “Legião Negra”!
 Defendeis São Paulo, defendeis o Brasil com esse devotamento
 de quem tem consciência da grandeza da sua terra, do valor dos
 seus homens, da virtude das suas leis.
 Se José do Patrocínio vos visse nessa jornada patriótica, segura-
 mente vos diria: Maria da “Legião Negra”: “Se Deus vos deu a
 cor de Othelo, foi para terdes ciúmes do vosso país”.
 Maria da “Legião Negra”!
 Que a vossa alma frágil de mulher ilumine a covardia dos que so-
 nham com um Brasil escravizado pela ditadura prestes a sucumbir!⁶⁷

O impressionante caso da Maria “Soldado” foi objeto de várias reportagens nos jornais paulistas da época. Essa cozinheira da família Penteado Mendonça resolveu abandonar seu “ganha pão” para ingressar nas fileiras da Legião Negra. Pela bravura demonstrada nas trincheiras pela causa constitucionalista, essa guerreira se transformou em um dos símbolos da luta pela democratização do país.

⁶⁷ “Maria da Legião Negra”, *A Gazeta*, São Paulo, 05.09.1932, p. 3 (1ª edição). Esta reportagem coincide com a memória de Antônio Penteado Mendonça que, em entrevista concedida ao *Jornal da Tarde*, em 13 de dezembro de 1998, declara: “a minha cozinheira era a famosa Maria Soldado. Maria Soldado é uma das figuras mais bonitas da Revolução de 32. Era uma negra, que estava cozinhando para minha tia Nicota Pinto Alves. Um dia Maria Soldado desapareceu. Ninguém sabia dela. E eis que ela retorna, vestida de soldado, com uns 20 ou 30 companheiros, índios e negros, e disse: “Nós vamos ingressar na Legião Negra”, e foram todos, inclusive Maria Soldado, lutar com bravura nas trincheiras paulistas. Depois disso, Maria Soldado ficou sendo um símbolo de 32 e está hoje enterrada no Mausoléu da Revolução”.

O esforço de guerra na cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo se transformou no período da guerra. A rotina normal da população foi afetada de diversas maneiras. Os hospitais e as fábricas aumentaram sua jornada de trabalho. As escolas tiveram as aulas suspensas. O transporte público foi prejudicado. A iluminação pública elétrica – em fase de implantação – ficou comprometida na periferia, gerando transtorno para a vida de uma parte da população trabalhadora e negra. Algumas medidas de exceção foram tomadas, como por exemplo a emissão de bônus, que ajudariam a reforçar o tesouro estadual.

No período da guerra a repressão ao movimento operário foi violenta, sempre em nome de uma “paz social” supostamente propícia à defesa dos “ideais mais elevados” da causa paulista. Com a liderança operária encarcerada não se registraram greves nem protestos populares. Aliás, a classe operária é a grande ausente, quer do movimento constitucionalista de 32, quer da construção de sua memória. Embora a documentação e os memorialistas pretendam ocultar, a classe operária estava incomodando a classe dominante e não apoiou a guerra paulista. A elite paulista “mobilizou a classe média e concentrou todos os esforços no sentido de reprimir as lutas operárias e suas tentativas de organização”,⁶⁸ assim como apregoeou diuturnamente a colaboração mútua entre as classes ou raças para o bem de São Paulo.⁶⁹ O clamor ao civismo, ao patriotismo e à defesa da causa sagrada era apresentado de forma altruísta. Essa é uma retórica típica das campanhas ideológicas que pretendem ganhar a consciência das massas.

Não houve, a rigor, batalha travada no espaço urbano da cidade, porém asilos, orfanatos, clubes, associações, conventos, igrejas, bazares e casas de algumas famílias foram mobilizados pelas redes de apoio logístico. As escolas serviam como abrigo para alguns batalhões. Até a mão-de-obra dos presos da penitenciária do estado foi explorada no esforço de guerra. Em vinte dias eles fabricaram 5 723 pares de calçado, 8 582 peças de fardamento, 20 348 colchões e travesseiros.⁷⁰

⁶⁸ Maria Helena Capelato, *O movimento de 1932*, p. 65.

⁶⁹ Bezerra, *Artimanhas da Dominação*, p. 16.

⁷⁰ Goulart, *Verdades da Revolução Constitucionalista*, p. 167.

O assistencialismo no meio negro durante a guerra

A campanha assistencialista durante a guerra foi colossal. Muitas foram as ações desenvolvidas com o intuito de arrecadar fundos para a manutenção tanto dos batalhões de voluntários quanto dos órfãos e viúvas dos combatentes mortos. Até artistas e intelectuais modernistas, como Tarsila do Amaral, Anita Malfati, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade e Menotti del Picchia, colaboraram com essa cruzada cívica pró-constitucionalista. A imprensa capitalizou ao máximo a carta de Santos Dumont apoiando o movimento.

Por todo o estado eram apresentadas peças de teatro, recitais de poesia, programas de rádios, enfim, um verdadeiro aparato artístico e cultural em prol da democratização do país.⁷¹ Os cinemas realizavam sessões cujas rendas eram destinadas para o fundo de guerra. Na Legião Negra, o cinema, que funcionava ao ar livre, tornou-se uma opção de lazer para a comunidade negra, atraindo um público considerável para suas sessões:

Foi inaugurado ontem o cinema ao ar livre, da Legião Negra, [...] tendo comparecido ao ato inúmeras senhoras que mantêm uma seção de confecção de roupas para os combatentes. As solenidades estiveram concorridíssimas, tendo, no decorrer das festividades, feito uso da palavra o capitão Goulart, cel. Landulpho Monteiro e o prof Vicente Ferreira.⁷²

Eram comuns a promoção de leilões beneficentes, a realização de campanha de doações de gêneros alimentícios e a arrecadação de cigarros. No entanto, como faz questão de denunciar um ex-combatente da Legião Negra, o então tenente Raul do Joviano Amaral, “houve discriminação em todos os termos. As senhoras brancas faziam coleta de material para mandar para os *Fronts*. Para as tropas de elite tudo do bom e do melhor. Para a negrada ia o que sobrava. As fábricas mandavam cigarros para as tropas. Os bons ficavam com os branco”. Já, aos

⁷¹ De Paula, 1932: *imagens construindo a história*, p. 147.

⁷² “Legião Negra”, *Folha da Manhã*, São Paulo, 19.09.1932, p. 4; “[...] inauguração do cinema ao ar livre”, *Folha da Noite*, São Paulo, 19.09.1932, p. 2 (2ª edição).

negros, “só os ‘Mata-peito’. A fome, a mesma coisa. Você lá recebia biscoito que precisava uma pedra para arrebentá-lo”.⁷³

Como já foi assinalado, os negros e negras também realizaram uma imensa respeitável mobilização civil. Na Legião Negra montou-se uma comissão beneficente responsável por recolher donativos através de festas, cerimônias públicas e eventos esportivos:

No último dia 7, no campo do Eden Liberdade, realizou-se o anunciado festival em benefício da Legião Negra e organizado pelo Grêmio Dramático Luís Gama e que teve o seguinte resultado:

- Combinado Pretos 3 x Combinado Brancos 1.

Foi a seguinte a renda obtida neste festival: soma em dinheiro, 150\$000; cigarros, 2000. A rica taça conquistada pelo combinado Preto foi doada à Legião Negra.⁷⁴

Depois das primeiras semanas em atividade, a Legião Negra recebeu denúncias de que algumas pessoas, indevidamente, estavam se passando por membros da sua comissão beneficente e desviando as doações recebidas dos comerciantes da capital. Para evitar esse tipo de problema, a Legião Negra resolveu criar um documento de identificação de seus membros: “O comandante da Legião Negra de São Paulo torna público que só poderão tratar de assuntos de donativos para essa organização militar as pessoas que exibirem documentos nesse sentido, bem especificando a natureza do trabalho a que se destina, não podendo mais ninguém falar em nome da referida Legião”.⁷⁵ Até a madrinha da Legião Negra, a belíssima Palmyra Calçada, serviu como instrumento da campanha filantrópica. Ela percorria as entidades do movimento negro pelas cidades do estado e solicitava algum tipo de doação:

⁷³ Entrevista de Raul Joviano do Amaral a João Baptista Borges Pereira e Ana Lúcia Valente, s/d, p. 3.

⁷⁴ “Festival em benefício da Legião Negra”, *A Gazeta*, São Paulo, 11.09.1932, p. 3. “A Aliança Cívica das Brasileiras fará realizar a 15 do corrente um festival em favor da Legião Negra. Nesse festival tomará parte a distinta declamadora, senhorita Elvira do Valle e Silva, diplomada pelo Conservatório”, *Folha da Noite*, São Paulo, 06.09.1932, p. 4 (1ª edição). “No dia 20 do corrente, às 20 horas e meia, o Clube Dramático e Esportivo 13 de Maio realizará, no Teatro Boa Vista, um festival [...]. O produto líquido da renda desse festival reverterá em benefício da Legião Negra”, *Folha da Noite*, São Paulo, 16.09.1932, p. 2 (2ª edição).

⁷⁵ “Legião Negra em São Paulo”, *A Gazeta*, São Paulo, 16.09.1932, p. 4 (2ª edição); *Folha da Noite*, São Paulo, 16.09.1932, p. 1 (2ª edição).

Santos, 14 - Encontra-se nesta cidade, aonde veio em propaganda cívica da Legião Negra, a Sra. D. Palmyra Calçada, madrinha da bandeira daquele esquadrão de voluntários de cor.

D. Palmyra tomará o encargo de angariar donativos para as famílias dos combatentes, preocupando-se, igualmente, em ajudar a delegação de Santos e organizar um eficiente serviço de assistência às esposas e filhos dos soldados em armas da Legião Negra.⁷⁶

Na sociedade mais global, a principal campanha de arrecadação financeira foi nomeada “Ouro para o bem de São Paulo”. Cartazes propalavam consignas do tipo: “Ouro é vitória”, “Dae o vosso ouro como nós damos o nosso sangue”. Diversas pessoas, inclusive de muitas famílias negras, doaram objetos de ouro e bens de valor em prol do esforço de guerra. A idéia veiculada por uma das principais ilustrações da campanha é sintomática: mostra a imagem de muitas pessoas doando artigos de ouro em um posto de arrecadação; entre elas, um senhor negro. A doação de alianças de casamento foi a que alcançou maior sucesso. Na capital e no interior, até 29 de setembro de 1932, haviam sido arrecadadas 87 120 alianças.⁷⁷ A generosidade do povo também foi manifestada na campanha para aquisição dos “capacetes de aço”, cuja fabricação mobilizou um número significativo de crianças e adolescentes. O “capacete de aço” tornou-se símbolo tanto da participação popular quanto da bravura paulista.

Pelo arrazoadado de Almeida, os grupos assistenciais eram sempre dirigidos “pelas senhoras da alta sociedade paulista”.⁷⁸ Entretanto, pode-se suspeitar que não foi isso que aconteceu no grupo que utilizava as acomodações da Frente Negra Brasileira. No espaço desta associação, todo trabalho filantrópico era dirigido por mulheres negras e voltado para atender exclusivamente aos negros e às negras desamparados pela guerra. O número de famílias que requeriam este tipo de serviço era imenso, chegando a centenas e, às vezes, a milhares. A Legião Negra, por sua vez, organizou um grupo assistencial específico vinculado ao comando civil da organização. Em entrevista concedida ao jornal *Folha da Noite*, o então comandante José Bento de Assis explica quais eram suas atribuições:

⁷⁶ “Em propaganda da Legião Negra de Santos”, *A Gazeta*, São Paulo, 14.08.1932, p. 2.

⁷⁷ Bezerra, *Artimanhas da Dominação*, p. 33.

⁷⁸ Almeida, *O olhar de quem faz*, p. 149.

Quais as suas atribuições? O advogado José Bento de Assis responde:

– “a obra de ordem social e humanitária: a defesa civil dos legionários negros agora e, principalmente, depois da guerra; a assistência social aos que precisem de regime educacional; aos socorros às famílias dos legionários quanto à educação e à saúde; a assistência aos nossos inválidos, aos seus órfãos e crianças”.

De que meio lançará mão para o desempenho dessa missão extraordinariamente complexa e de elevadíssimo alcance social e filantrópico?

- “Entendendo-me com os líderes das diferentes cidades e com as autoridades estaduais e federais, além da preciosíssima colaboração, que invoco, dos líderes da Frente Negra, em geral, dos diretores e presidentes das associações de homens de cor e de todos os cidadãos que cheios de sadio espírito de brasilidade, nutram desvelos pela elevação da raça negra”.⁷⁹

Portanto, vale salientar que a Legião Negra tinha uma constante preocupação de atender as famílias dos soldados negros carentes, bem como os órfãos, inválidos e viúvas da guerra. Este trabalho era realizado em conjunto com as entidades do movimento negro. Como é possível verificar na entrevista de José Bento de Assis, a tarefa central daquele serviço de auxílio era assegurar educação e saúde (atendimento médico e medicamentos) para as famílias dos legionários. Além disso, essa organização assegurava alimentação, roupa e, às vezes, abrigo, principalmente àquelas famílias dos soldados negros que moravam no subúrbio. O jornal *A Folha da Noite* registrou a seriedade desse trabalho de amparo social desenvolvido pela Legião Negra: “Na sala de assistência às famílias dos soldados, examinamos a sua organização. Tudo ali funciona admiravelmente. O homem preto parte para as trincheiras levando a certeza de que à sua família nada faltará. O quartel de onde ele saiu para defender a integridade de sua pátria vela pelo abastecimento de sua família. Àquela hora, as senhoras dos soldados combatentes recebiam, mantimento, atendidas gentilmente por um sargento escalado para aquele serviço”.⁸⁰

⁷⁹ *Folha da Noite*, São Paulo, 21.09.1932, p. 1 (2ª edição).

⁸⁰ “Acha-se prompto para partir mais um batalhão da Legião Negra”, *A Folha da Noite*, São Paulo, 30.07.1932, p. 1 (1ª edição).

O departamento médico da Legião Negra

As unidades de saúde e assistência que foram instaladas no estado prestavam socorro médico aos soldados. Montou-se uma sofisticada infraestrutura médica com hospitais de isolamento e serviços cirúrgicos de campanha. Esses serviços se estendiam pelas zonas norte, sorocabana, paulista, mogiana e frente Botucatu-Ourinhos.⁸¹ As formações sanitárias de profilaxia eram compostas de postos avançados que deveriam prever os surtos epidêmicos e, simultaneamente, evitar as doenças infecto-contagiosas. Como medida preventiva, vacinaram os soldados constitucionistas contra o tifo e a varíola. Para complementar, foram preparados hospitais e clínicas obstétricas, tendo em vista o atendimento à família dos combatentes.

Em Campinas, a entidade negra “Associação Beneficente São Benedito” ofereceu seu hospital às tropas constitucionistas.⁸² Na Legião Negra, por seu turno, foi instalada uma unidade do departamento de saúde, dirigida pelo capitão Magalhães Lara. Em uma semana, esse departamento teve uma intensa movimentação:

O movimento geral operado no Corpo de Saúde da Legião Negra durante a semana finda (de 19 a 25 do vigente) foi o seguinte: cirurgia dentária e reeducação física, a cargo do Dr. Edmur Barbosa, massagens feitas, 21; curativos 43, extrações 5, consultas 47, pele, sífilis e moléstias venéreas, a cargo do Dr. Modesto Pinotti, consultas 14, receitas 14, curativos 52, ampolas de 914 aplicadas 1, injeções aplicadas 8, serviços externos, a cargo do Dr. Eduardo Jacques da Silveira, receitas 12, consultas 12, fórmulas 20, injeções 2. Assistência e proteção à infância, a cargo do Dr. Joaquim Penino, consultas 67, receitas 67, fórmulas 134, injeções 2; Clínica médico-cirúrgica, a cargo do Dr. Jader Lara, consultas 148, fórmulas 336, receitas 148, injeções 46; Serviço de tropas no “front”, formulas remetidas 120, farmácia ambulatória, fórmulas aviadas 632, requisitadas fora 190, curativos feitos 77, exame de voluntários, examinados e considerados aptos 105; Enfermaria, existiam 12, baixaram

⁸¹ Goulart, *Verdades da Revolução Constitucionalista*, p. 163.

⁸² *Diário do Povo*. Campinas, 16 de julho de 1932 apud De Paula, *1932: imagens construindo a história*, p. 166.

42, tiveram alta 14, existência atual 13. Resumo: massagens feitas 21, curativos 177, injeções aplicadas 59, receitas 241, consultas 288, extrações 5, visitas a domicílio 12, inspeções a voluntários 105, fórmulas 632, doentes na enfermaria 54.⁸³

Guaraná Santana

Joaquim Guaraná Santana é uma das lideranças negras ainda desconhecida pela investigação histórica. No início de 1932, era membro da Frente Negra Brasileira. Em julho, decidiu romper com esta entidade e fundou o Partido Radical Nacionalista (PRN), tendo como propósito assegurar a “união político-social dos descendentes da raça negra do Brasil”. O PRN tinha uma orientação ideológica ultranacionalista cuja inspiração era o modelo fascista em voga na Europa. Guaraná Santana dirigiu a publicação de um jornal denominado “Brasil Novo”. Nas páginas deste periódico, declarava ser o maior líder negro do Brasil. Era amigo do então comandante da 2ª Região Militar, o general Góes Monteiro. Com o início da revolução constitucionalista, decidiu fundar a “Legião Negra de São Paulo”. Como resultado, tanto o Partido Radical Nacional quanto o jornal “Brasil Novo” foram praticamente extintos. No início da guerra, Guaraná Santana dizia, infundadamente, que aquele novo agrupamento militar era a continuação da Frente Negra Brasileira.

Ele foi o chefe civil da Legião Negra até a segunda quinzena de setembro, sendo substituído pelo advogado negro José Bento de Assis: “Comunica-nos o capitão Gustavo Goulart, comandante da Legião Negra, que o Sr. Guaraná Sant’Anna, não faz parte daquela agremiação militar, e nem está autorizado a falar em nome da mesma”.⁸⁴ A causa da saída de Guaraná Santana não foi divulgada. A principal hipótese é a de que seu afastamento do cargo esteve ligado a um suposto desvio de mantimentos e recursos da organização.

Guaraná Santana e seu séquito da Legião Negra, na apreciação de Florestan Fernandes, esposaram uma compreensão renovadora do

⁸³ “Corpo de saúde da Legião Negra”, *A Gazeta*, São Paulo, 27.09.1932, p. 3 (2ª edição).

⁸⁴ *A Gazeta*, São Paulo, 23.09.1932, p. 2 (2ª edição).

“problema do negro”: que a redenção dos descendentes de escravos dependia de sua capacidade de organização política e intervenção ativa nos embates que implicavam na transformação da sociedade brasileira.⁸⁵ Como postula Fernandes, “seu impulso processou-se na direção de quebrar o isolamento histórico do ‘negro’, visando compeli-lo a tomar parte consciente e ativa nos acontecimentos históricos da sociedade global”.⁸⁶

O número de legionários

As forças constitucionalistas eram constituídas por unidades do exército sediadas em São Paulo, por certas unidades do Mato Grosso, por algumas guarnições federais do Pará, Minas Gerais e Paraná, pela Força Pública paulista e por voluntários civis que totalizaram, aproximadamente, 40 mil brasileiros.⁸⁷ Esta estimativa se aproxima da realizada por Gastão Goulart: “10 mil homens das guarnições federais, 12 mil combatentes da Força Pública e 20 mil voluntários”, totalizando, assim, 42 mil pessoas.⁸⁸ Do lado do governo federal foram mobilizados aproximadamente 120 mil brasileiros do exército, da marinha, das polícias estaduais e “provisórios” de vários estados. Na Legião Negra, o número de componentes foi estimado em 2 mil combatentes: “somente da Chácara do Carvalho, já saíram para os campos de batalha mais de 2000 combatentes. Calcula-se, porém, em mais de 10000 os negros que se acham em todos os setores da luta, incluídos os do Exército e os da Força Pública”.⁸⁹

De toda sorte, encontramos um outro cálculo: “a Legião Negra mandou para as linhas de frente em 1932 cerca de 3 500 homens todos de cor”.⁹⁰ Por sua vez, o contingente de negros diluído em outros batalhões do exército constitucionalista não foi nada desprezível: “Os meus irmãos de raça já estavam prestando o seu concurso às forças constitucionalistas em todos os batalhões que combatem a ditadura. No exérci-

⁸⁵ Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classe*, São Paulo, Ática, 1978, 3ª edição.

⁸⁶ Ibid., p. 88.

⁸⁷ De Paula, *1932: imagens construindo a história*, p. 172.

⁸⁸ Goulart, *Verdades da Revolução Constitucionalista*, p. 172.

⁸⁹ *Folha da Noite*, São Paulo, 21.09.1932, p. 1 (2ª edição).

⁹⁰ Comunicado de 08.06.1949, Prontuário DEOPS, nº 102 510.

to, na Força Pública e em todos os batalhões de voluntários paulistas há gente de cor”.⁹¹ Nas fotos da guerra é comum identificar a presença desses soldados ocupando diversos cargos na hierarquia militar. Por exemplo, o chefe do Estado-Maior do Exército constitucionalista, o coronel Palimércio de Rezende, era negro.⁹² A grande imprensa até chegou a dar destaque para o “enegrecimento” das tropas, como foi o caso da notícia veiculada pelo jornal *A Gazeta*: “No Pelotão ‘Sete de Setembro’, era considerável o número de soldados negros”.⁹³ Se a estimativa de mais de 10 mil combatentes negros do jornal *Folha da Noite* for correta, o exército constitucionalista era composto por, no mínimo, um quarto de negros (pretos e mulatos).

Negro: bucha de canhão?

As operações militares na guerra civil variavam de grandes batalhas campais a céu aberto – tidas por muitos analistas como as maiores já transcorridas na América do Sul – até ações de guerrilhas em mata fechada e nas montanhas.⁹⁴ Foi a primeira vez que a aviação militar foi utilizada em território brasileiro como arma ofensiva. Um episódio em especial merece ser registrado. Em 23 de julho, os “vermelhinhos” (aviões do governo) atingiram a cidade de São Paulo e lançaram bombas sobre o Campo de Marte, centro operacional da aviação constitucionalista. Uma das bombas explodiu nas proximidades do Clube Espéria, repleto de mulheres e crianças.⁹⁵ O medo passou a fazer parte da população civil. Para se ter uma noção mais exata da dimensão dessa contenda, algumas obras de especialistas definem a Revolução de 32 como sendo o maior movimento armado de nossa história.

A falta de comando nas tropas paulistas era um problema sério. Alguns oficiais demonstravam total despreparo para o posto que ocupa-

⁹¹ *Folha da Noite*, São Paulo, 21.08.1932, p. 1 (1ª edição).

⁹² De Paula, 1932: *imagens construindo a história*, p. 86. A informação acerca do cargo que o coronel Palimércio de Rezende ocupava no exército constitucionalista não é consensual. Para Donato, ele apenas chefiou o referido exército no Vale do Paraíba. Donato, *A Revolução de 32*.

⁹³ *A Gazeta*, São Paulo, 16.08.1932, p. 1.

⁹⁴ De Paula, 1932: *imagens construindo a história*, p. 172.

⁹⁵ Donato, *A Revolução de 32*, p.144.

vam. Eram jovens voluntaristas de famílias abastadas que recebiam uniforme e, automaticamente, uma patente de oficial, com a tarefa de comandar um batalhão. Os acidentes, por sua vez, foram todos escamoteados pelos jornais. Na campanha da frente Sul, em Itararé, “batalhões paulistas abriram fogo uns contra os outros por falha de comunicação e estratégia do comandante que se apressara”.⁹⁶ Em Buri, voluntários do batalhão Floriano Peixoto atiraram nos do Marcílio Dias causando muitas mortes. O trem blindado, orgulho paulista, metralhou e arrasou uma trincheira amiga.⁹⁷ Na falta de armamento e munição suficientes para a tropa, alguns memorialistas registraram a invenção de uma matraca, aparelho que emitia um som de metralhadora. No início, esta engenhoca impôs medo, mas em seguida foi ridicularizada pelo inimigo.

Eram comuns as referências aos “almofadinhas”, brancos filhos de políticos e descendentes de famílias ricas, que acompanhavam as campanhas militares em prol da tradição de glória e altivez que caracterizavam seus supostos ancestrais.⁹⁸ Estes, porém, quando chegavam à linha de fogo, esquivavam-se de enfrentar o inimigo. Então, usavam do “tráfico de influência” para receber um tratamento diferenciado do comandante. Como resultado, muitos desses “almofadinhas” permaneciam nas cidades na retaguarda, nos quartéis-generais ou nos postos de comando instalados estrategicamente fora do alcance dos projéteis inimigos: “a farsa em relação à participação da grande maioria dos jovens ricos não era segredo para a população em geral”.⁹⁹ Segundo um documento que circulou no meio negro, os “capitalistas”, deliberadamente, desejavam que os soldados negros fossem os primeiros a serem mortos: “Os derrotistas andaram espalhando boletins, entre a gente de cor, dizendo que o que os capitalistas desejavam era mandar para a frente os exércitos da Legião Negra para evitar o massacre dos seus filhos”.¹⁰⁰

Até mesmo difundiu-se a versão de que uma tropa da Legião Negra teria sido dizimada na frente sul.¹⁰¹ Não se sabe seguramente se

⁹⁶ Almeida, *O olhar de quem faz*, p. 120.

⁹⁷ Donato, *A Revolução de 32*.

⁹⁸ Bezerra, *Artimanhas da Dominação*, p. 39.

⁹⁹ Almeida, *O olhar de quem faz*, p. 156.

¹⁰⁰ *Folha da Noite*, São Paulo, 21.08.1932, p. 1 (1ª edição).

¹⁰¹ De Paula, *1932: imagens construindo a história*, p. 171.

a elite branca paulista aventou a hipótese de levar avante algum plano de chacina da população negra, mas várias evidências apontam que os batalhões da Legião Negra eram, na maioria das vezes, tratados como bucha de canhão e lançados para assumir a linha de frente dos combates, conforme se pode apreender dos seguintes informes:

Em todos os setores, onde a luta se fere com intensidade e é preciso o apoio da coragem do soldado constitucionalista, aí estará firme no combate o legionário, levando de vencida os inimigos da lei, opondo-lhes a barreira intransponível com que de certo não contavam a nos atacarem na ânsia de vencer um exército que tem por si a justiça de uma causa. Em Cunha, Silveiras, Pinheiros, Itapetininga, Capão Bonito, Paranapanema, regiões limítrofes de Minas Gerais, estão esses homens que se tem apresentado voluntariamente para defender São Paulo.

Diariamente partem desta cidade novos contingentes que vão engrossar as fileiras do nosso exército. Para mais de 2000 homens já remeteu para as zonas de guerra a Legião Negra. Todos esses elementos são logo enviados para as *linhas de frente*, onde se portam com denodo e grandes rasgos de patriotismo.¹⁰²

Alguns batalhões de homens de cor rumaram já para a *linha de frente* e ontem mais um seguiu para a defesa, sob a metralha adversária, do ideal pelo qual todos nós batemos.¹⁰³

A Legião Negra recebeu um tratamento discriminatório por parte do alto comando das forças constitucionalistas. De acordo com Bezerra, este agrupamento militar “é bastante elogiado pelos autores, para demonstrar que não há diferença de raça quando se trata do entusiasmo pela ‘causa sagrada’. Mas não é muito ressaltado que a Legião Negra é enviada logo para a linha de frente, a sustentar os mais pesados dos combates”.¹⁰⁴ Alguns dos soldados negros foram usados sem treinamento, sem provisões, sem segurança e sem munição. O depoimento de Raul Joviano Amaral, um ex-combatente da Legião Negra, confirma esta debi-

¹⁰² *Folha da Noite*, São Paulo, 13.09.1932, p. 3 (2ª edição), grifos nossos.

¹⁰³ *A Gazeta*, São Paulo, 23.07.1932, p. 3, grifos nossos.

¹⁰⁴ Bezerra, *Artimanhas da Dominação*, p. 29.

lidade crônica do batalhão de negros: “nós tínhamos fuzis de 1908 que servia para instrução dos tiros de guerra. Foram todos para nós...”.¹⁰⁵

Nas memórias de Francisco Affonso de Carvalho, os paulistas também são acusados de usarem os negros como escudos humanos.¹⁰⁶ Como os batalhões de bacharéis se afugentavam de muitas escaramuças nas regiões mais perigosas, a Legião Negra era destacada para assumir tal responsabilidade; assim, preservava-se a vida dos filhos das famílias da elite branca. Por exemplo, os rapazes abastados do batalhão 14 de Julho – apesar de próximo à linha de fogo na frente Sul – só “passaram a participar dos esquemas de ataque logo que puderam passar a contar com o auxílio de um dos batalhões da Legião Negra, que de agosto até o final da guerra combateu lado a lado com os jovens paulistas, protegendo-lhes as preciosas vidas”.¹⁰⁷ O capitão Gastão Goulart narra dois episódios sintomáticos. O primeiro aconteceu na região de Mogi Mirim, quando o exército constitucionalista foi “salvo” a “custo pelos valentes soldados da Legião Negra, mais tarde retirados do setor, por não lhe convir tanta bravura”.¹⁰⁸ O segundo episódio aconteceu na região de Cunha. Goulart descreve uma ofensiva bem sucedida das tropas do 4º Batalhão de Caçadores que também contou com a proteção de duas companhias da Legião Negra.¹⁰⁹

Desempenho dos negros no campo de batalha

No decorrer da guerra, um dos fenômenos que despertou a atenção da imprensa foi o patriotismo e a bravura demonstrados pelos soldados da Legião Negra. Eles eram descritos como guerreiros impávidos. Nesse sentido, a entrevista do jornal *A Gazeta* com o capitão Gastão Goulart é sintomática:

¹⁰⁵ Entrevista de Raul Joviano Amaral a João Baptista Borge Pereira e Ana Lúcia Valente, s/d, p. 3.

¹⁰⁶ Francisco Affonso de Carvalho, *Capacetes de Aço: cenas da luta do exército de leste no Valle do Parayba*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.

¹⁰⁷ Almeida, *O olhar de quem faz*, p. 126.

¹⁰⁸ Goulart, *Verdades da Revolução Constitucionalista*, p. 217.

¹⁰⁹ *Ibid*, p. 223.

Há momentos, no grande quartel general dos homens de cor, tivemos oportunidade de ouvir o seu comandante. É ele o capitão Gastão Goulart, que serviu no I.G. do Exército da rua Conselheiro Crispiano. Agora o capitão Goulart arregimenta os homens de cor que se batem pela causa nacional. Deles fala com entusiasmo. Admira-os e estima-os.

- “Os homens de cor são dos melhores guerreiros do nosso país. Ninguém imagina a sua valentia, a sua capacidade de resistência nas trincheiras. De todos os setores por onde têm seguido chegam telegrama aqui recebido à noite, que a Companhia da Legião Negra, em operações naquele setor se bateu nobremente. O inimigo fugiu ante a sua investida formidável. Fugiu rumo de Paraty, deixando em campo 5 cadáveres, armas automáticas e fuzis”.

- “Na frente do Paraná logo no primeiro contato com tropas ditatoriais, impuseram-se os negros à admiração da altas patentes que ali estão”.

Segundo informações ainda fornecidas pelo capitão Gastão Goulart, é exemplar o comportamento, em quartel, dos soldados da Legião Negra. Nenhuma indisciplina ali se verificou. Esses aquartelados se portam como homens morigerados, amigos da disciplina, em combate se portam como heróis, pelejando pelo ideal da sua raça que é, ao mesmo tempo, o ideal do seu país.¹¹⁰

Segundo o capitão Gastão Goulart, o movimento constitucionalista convergia com o ideal da “raça” negra, a saber, a luta pela liberdade. Daí a significativa adesão dos negros ao movimento. Um outro elemento presente nos relatos que traçam o desempenho militar dos Pérolas Negras foi os episódios de heroísmo. Alguns casos foram divulgados pela imprensa. Em Cunha, as tropas do governo central investiam contra o exército constitucionalista. O legionário Isaías lutava destemidamente, mas foi gravemente ferido. Apesar disso, “a todos os que o rodeavam falava com visível animação, incentivando os demais a que prosseguissem na luta, pois a vitória seria de São Paulo. Morria satisfeito, por ter essa certeza”. Um outro exemplo foi o do sargento Geraldo, ferido mortalmente na zona norte. No seu leito de morte, “sentindo que

¹¹⁰ “Acha-se prompto para partir mais um batalhão da Legião Negra”, *A Folha da Noite*, São Paulo, 30.07.1932, p. 1 (1ª edição).

esta se avizinhava dizia que ninguém perde a esperança da vitória de nossa causa. Invocava aos seus companheiros que prosseguissem na luta, sem desfalecimentos. Sua morte foi revestida da máxima serenidade, o que não deixou de impressionar, no Hospital, aos que a ela assistiam”.¹¹¹ Em entrevista concedida ao jornal *A Folha da Noite*, o oficial Francisco Salgado discorre sobre outros episódios de heroísmo:

Os homens que se enfileiraram nas hostes da Legião Negra, sem pretensão outra que a de servir a Pátria e por ela derramar o seu sangue, não mentiram, no campo de luta, a bravura histórica de seus ancestrais.

A ‘Gazeta’, em visita a um desses bravos – o oficial Francisco Salgado, – teve ontem oportunidade de ouvir o testemunho do valoroso militar sobre a ação destemida dos homens de cor em todos os setores constitucionistas.

Reservista do 11º R. C. I., de Ponta Porã, em cujas fileiras serviu como 3º sargento, o citado oficial, ao apelo dos organizadores da Legião Negra, vestiu a farda de voluntário da lei, seguindo para Guapiara, onde chegou a 29 de julho.

Não tardou o batismo de fogo de sua tropa, na Capela da Guapiara, durante o qual os 130 homens de seu comando lutaram com denodo e bravura. Tendo sido cortadas as suas ligações com o batalhão a seu flanco, durante três dias os seus homens estiveram situados, até que, impostos pela falta de alimento, resolveram travar uma luta desigual com os seus inimigos. Eram 9 da noite e após quatros horas de combate cruento conseguiam entrar em comunicação com as tropas paulistas, das quais se achavam separados 22 Km. Na retirada, que se efetuou normalmente, uma patrulha inimiga de dez homens ficou no campo da luta.

Deixando Guapiara, perseguidos pelos inimigos, chegavam à noite ao seu posto. Na manhã seguinte, depois de aguardarem por toda a noite o fogo inimigo, entraram em segundo contato com os ditatoriais. No dia 17 de agosto travou-se o combate que durou vinte e quatro horas e nas quais os homens que compunham a sua coluna, nesse encontro, se portaram como verdadeiros militares. As baixas dos inimigos, nesse combate foram numero-

¹¹¹ *Folha da Noite*, São Paulo, 13.09.1932, p. 3 (2ª edição).

sas, principalmente devido ao fato de se acharem os seus soldados visivelmente embriagados e lutarem em campo raso, enquanto as nossas tropas se aguardavam em posições magníficas.

O Sr. Francisco Salgado que está convalescendo na Chácara do Carvalho, e toda a Cia sob o seu comando, dado o denodo, a coragem, disciplina e a extraordinária resistência física de seus homens durante essas longas horas de luta, foram recompensados merecidamente com os seguintes elogios de seus valorosos comandantes.

– Na minha zona, termina o distinto militar, nenhum batalhão entra em fogo sem a Legião Negra.¹¹²

Portanto, a abnegação, a intrepidez, a disciplina, a capacidade de resistência e determinação em prol de uma causa coletiva teriam sido os valores que nortearam a ação dos negros na hoste constitucionalista. Tais virtudes não passaram “em branco” pelos analistas contemporâneos. A Legião Negra revelou a eficiência e o poder de organização militar da população negra em São Paulo. Mesmo nas correlações de forças desfavoráveis suas tropas se notabilizaram por conseguir - em muitas escaramuças - inverter o quadro, afugentando ou derrotando o inimigo: “Resistindo ao furor das hostes ditatoriais, muitas vezes enfrentando contingentes numericamente superiores, os bravos pretos não recuam nem se rendem. Tem sido assim o seu proceder em diversos recontros, fatos que têm sido testemunhados com visível admiração pelos demais companheiros que combatem ao seu lado”.¹¹³ Conforme atesta Raul Joviano Amaral, a “negrada foi com uma vontade louca”, mesmo “sem armamento, sem fardamento que correspondesse”.¹¹⁴ A presença da Legião Negra no *front*, de um lado, impunha certa intimidação ao inimigo; de outro, transmitia a sensação de segurança para as demais tropas do exército constitucionalista; por isso, provavelmente, o revolucionário Francisco Salgado termina a entrevista acima, assinalando que “nenhum batalhão entra em fogo sem a Legião Negra”.

¹¹² “A atuação dos homens negros nos campos de Guapiara”, *A Gazeta*, São Paulo, 08.09.1932, p. 4.

¹¹³ *Folha da Noite*, São Paulo, 13.09.1932, p. 3 (2ª edição).

¹¹⁴ Entrevista de Raul Joviano do Amaral a João Baptista Borges Pereira e Ana Lúcia Valente, s/d, p. 2.

Considerações finais

Nós atendemos ao teu chamado, São Paulo!
Era natural que assim fosse, pois...
Não está também a nossa cor nas listras da tua bandeira?
Lutamos onde mais acesa era a batalha.
ombro a ombro com nossos irmãos de crença
na grandeza do Brasil e na dignidade do Homem
que a ditadura vilipendiava.
Como todos os combatentes, oferecemos
nosso sangue por “vin d’honneur”.
E desde o princípio secundamos o teu grito de Justiça,
deixando em nossas casas quem ainda trazia as marcas de grilhões.
Nós que conhecemos na pele o significado da Liberdade.
Sem espanto, recebeste o nosso holocausto no altar da Honra
E as tuas bênçãos nos impeliram ao resgate da Mãe Pátria.
Não te esqueças de nós, São Paulo.
Afinal... não está também a nossa cor nas listas da tua Bandeira?¹¹⁵

Pelos valores ideológicos preconceituosos propalados pela elite paulista, o lugar do negro não era o de *soldado-bandeirante*, não era o do autêntico paulista, mas simplesmente o de leal auxiliar da terra que o abrigou. Na perspectiva de Almeida, “a gratidão e não a identidade era o sentimento que dava a tônica para a interpretação da participação dos paulistas negros na Revolução”.¹¹⁶ Entrementes, em função da eficiente cooptação ideológica, a população negra incorporou o espírito de paulistanidade e se “convenceu” de que compensava pegar em armas, ir à guerra, morrer por uma causa aparentemente coletiva, mas que, na essência, atendia apenas aos interesses particulares da elite branca.¹¹⁷

¹¹⁵ Autoria desconhecida, Legião Negra, São Paulo, 1932.

¹¹⁶ Almeida, *O olhar de quem faz*, p. 105.

¹¹⁷ Essa é a mesma ilação de Capelato: “Os representantes da classe dominante paulista empenharam todos os esforços na articulação do Movimento. Falando em nome de toda sociedade e a todos se dirigindo, mobilizaram grande número de voluntários para a ‘causa de São Paulo’. Através do discurso ideológico, seus interesses particulares apareciam como universais, ou seja, como os interesses de todos. Outro não é o papel da ideologia; no discurso ideológico, o dominante reveste-se de generalidade e universalidade procurando anular a realidade das classes e a contradição entre elas. Com isto ocorre a identificação de uma parte da divisão com o todo, imaginariamente indivisível. Dessa forma, as idéias da classe dominante passam a ser aceitas como as únicas verdadeiras e válidas para o conjunto da sociedade”. Capelato, *O movimento de 1932*, p. 20.

Parafraseando Holen Gonçalves Bezerra, verificamos verifica-se por que as “revoluções”, os golpes e contragolpes se sucedem na vida política brasileira.¹¹⁸ Porém, como essas “revoluções” estão a serviço do projeto da classe dominante, são insignificantes na luta de libertação do povo oprimido (e, porque não dizer, dos negros). São movimentos que atendem aos interesses da elite e, ao mesmo tempo, conseguem “seduzir” importantes segmentos sociais e grupos raciais para seu projeto de dominação.¹¹⁹ Não se pode negar que o movimento de 32 foi produto das contradições no seio da classe dominante. Uma fração paulista desta classe lutou contra a outra que conquistara o poder em 30. Consoante argumenta Capelato, “as divergências eram de natureza política, envolviam interesses econômicos e discordâncias no âmbito da questão social. A classe dominante paulista, adepta do liberalismo, se insurgiu contra o processo de centralização do poder, contra o impedimento da livre circulação de mercadorias, contra a interferência do Estado nas relações entre as classes”.¹²⁰ Apesar da Revolução Constitucionalista de 32 ter sido expressão da disputa entre as facções da classe dominante paulista, de um lado, e os tenentes e Getúlio Vargas, de outro, ela foi assumida pelos negros como se fosse a sua própria causa.

A superioridade militar dos governistas era evidente. As forças federais contavam com farta munição e artilharia pesada, contrastando com a precariedade dos meios à disposição dos revolucionários. Por falta de armamento e munição, mais de cem mil homens alistados nos batalhões de voluntários do exército constitucionalista permaneceram inativos na reserva. Em 1º de outubro de 1932, representantes da Força Pública paulista reuniram-se com o general Góes Monteiro no Vale do Paraíba. A Força Pública decidiu render-se, pondo fim às últimas esperanças de resistência.

¹¹⁸ Bezerra, *O Jogo do Poder*.

¹¹⁹ Esta assertiva é corroborada pelo depoimento de Raul Joviano Amaral, um ex-combatente que serviu como tenente na Legião Negra: “a Revolução Constitucionalista causou uma emoção muito grande principalmente no povo paulista. Pena que em todas as épocas, em todas as guerras, sempre há um elemento oculto que você só vai descobrir bem depois daquela explosão de entusiasmo. Eu fiz as minhas elucubrações vendo que aquilo não passou de um grande golpe. Mas isso vim ver uns dez quinze anos depois”. Entrevista concedida a João Baptista Borges Pereira e Ana Lúcia Valente, s/d, p. 2.

¹²⁰ Capelato, *O movimento de 1932*, p. 83.

No final do conflito bélico, o exército constitucionalista contabilizou mil mortos, dos quais 652 voluntários. A rendição de São Paulo gerou muita revolta na opinião pública. Os paulistas não admitiam a humilhante derrota frente à “ditadura” de Getúlio Vargas. Nas ruas, acusavam os comandantes do exército constitucionalista de traidores. Entre os alistados nos batalhões de voluntários, alguns negros também ficaram desolados, mas por razões distintas. Para estes, o fim da guerra acarretou a perda da sua única fonte de renda. Passada a revolução, assinala Almeida, os postos eram fechados, o desejo das senhoras da alta sociedade paulista em ajudar aos necessitados terminava, “mas a fome e a doença entre as famílias proletárias permaneciam”.¹²¹

As casas de assistência social ainda funcionaram por um período. Progressivamente, entretanto, a preocupação humanitária da elite com os feridos, os inválidos ou mutilados, os órfãos e as viúvas foi substituída pelo discurso de glorificação da suposta vitória moral de São Paulo. A justificativa era simples. Apesar da fragorosa derrota militar, a “raça de gigantes” teria dado o maior exemplo da história da luta pela redenção do país. Essa “lição de heroísmo” devia entrar para a posteridade. Ainda no ano de 1932, segundo Donato, “os derrotados proclamavam-se moral e politicamente vitoriosos”.¹²² Passou-se a propagar a versão de que em função da mobilização militar do povo paulista, Getúlio Vargas, “dono absoluto do país”, teria assegurado a realização das eleições em 1933 e da Constituinte em 1934. Interpretando os fatos conforme a conveniência, a elite paulista deu os primeiros passos para lançar a névoa mitificadora que se erigiu sobre a memória da Revolução Constitucionalista; afinal, antes da deflagração do movimento armado Getúlio Vargas já havia estabelecido um calendário eleitoral e constituinte.

Uma pergunta continuava sem resposta no inflamado discurso pretensamente vencedor da elite paulista: o que fazer com os maiores lesados pela guerra? Nesta categoria, pode-se incluir os pequenos agricultores que, nas cidades do interior, perderam suas casas, criações e plantações; os ex-combatentes dos batalhões de voluntários civis que ficaram inválidos ou mutilados; as mulheres que perderam seus maridos

¹²¹ Almeida, *O olhar de quem faz*, p. 161.

¹²² Donato, *A Revolução de 32*.

e filhos. Para a maioria absoluta dessas pessoas, o estado de São Paulo assumiu parte da responsabilidade dos danos e resolveu ressarcir-los de alguma forma. No entanto, a concessão do benefício não se efetivou de maneira igualitária. Os maiores prejudicados foram talvez os negros e negras. Moacir de Paula, um ex-combatente da Legião Negra, por exemplo, jamais recebeu algum tipo de indenização.¹²³

A Legião Negra articulou-se com tal grau de eficiência e racismo que, dos soldados aos oficiais, das enfermeiras aos médicos, passando pelos voluntários que realizavam as tarefas de retaguarda no quartel general, enfim, a absoluta maioria de seus componentes eram negros, uma vez que, pelo menos, o chefe militar, capitão Gastão Goulart, era identificado como branco. Seus combatentes eram exímios no manejo de metralhadoras, morteiros e lança-minas, conseguindo sustentar com eficácia os ataques de um inimigo numericamente superior e muito mais bem armado e municiado. A briosa atuação da Legião Negra serviu como crédito moral para os negros, na medida em que permitiu que a opinião pública paulista reelaborasse, em certa medida, a imagem negativa que tinha desse segmento populacional.¹²⁴

Após a revolução constitucionalista de 1932 a “Legião Negra de São Paulo” foi rebatizada de “Legião Negra do Brasil”. Ela continuou por alguns anos suas atividades em determinados estados, funcionando como sociedade civil no bojo do movimento negro e foi dirigida, por um período, pelo advogado baiano Guaraná Santana. Em São Paulo, esses ex-combatentes passaram a comemorar o 13 de Maio – dia da abolição da escravidão –, exaltando o valoroso papel dos negros, seja na luta pela liberdade racial, seja no engajamento da causa paulista.¹²⁵

A história coletiva de determinado grupo racial imputa um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não outro. Daí a importância de se reconstruir a trajetória específica da participação dos negros e ne-

¹²³ Entrevista de Francisco Lucrécio a Regina Pahim Pinto, 06.07.1989, p. 10. Tal como informa Francisco Lucrécio na mesma entrevista, “quase todos” que serviram na Legião Negra não receberam a pensão vitalícia concedida pelo estado de São Paulo aos ex-combatentes de todos os batalhões constitucionalistas.

¹²⁴ Leite & Moreira, *Movimentos sociais no meio negro*, p.16.

¹²⁵ “A data da abolição da escravidão comemorada nesta capital”, *Folha da Noite*, São Paulo, 13.05.1935, p. 1.

gras na Revolução Constitucionalista. Essa trajetória não pode ser confundida ou diluída na produção da “incolor” pesquisa histórica. Devido às limitações de espaço e do próprio pioneirismo, esse texto ficou passível de muitas deficiências, porém acredita-se que ele significa mais um passo – pelo simples fato de romper com o silêncio que paira sobre um dos episódios da história do negro no Brasil – no arenoso caminho de construção de um conhecimento histórico plural, que efetivamente incorpore os grupos oprimidos que compõem a diversidade racial deste país. Espera-se que um dia a produção historiográfica possa refletir, fidedignamente, a multirracialidade da sociedade brasileira.